



# ANCESTRALIDADE E TRADIÇÃO

A HORA E A VEZ  
DE MULHERES  
INDÍGENAS E  
QUILOMBOLAS

Jane Felipe Beltrão  
Almires Martins Machado  
José Heder Benatti (ORGs.)



mórula  
EDITORIAL



Sofia Lima dos Santos, Kunhã Rendyju, Maria Raimunda Bitor, Kátia Tönkyre, Marilaque Rodrigues Cabral, Bella Pinheiro, Maria Auxiliadora Maciel dos Santos... Os nomes que percorrem este livro contam muito mais que histórias individuais, pois neles descobrimos as experiências de povos e comunidades que insistem em viver. Transmitir essas histórias comuns é o ato que as faz permanecer.

São nomes de mulheres que geram, alimentam, cuidam, ensinam e lutam. Sem elas, palavras teriam sido esquecidas e injustiças prevaleceriam. Com elas, podemos contar histórias de direitos humanos.

O Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Pará (PPGD/UFPA) se dedica a essas histórias há mais de duas décadas, construindo alianças com indígenas e quilombolas. Nossa história também tem nome de mulher: Jane Felipe Beltrão. Antropóloga e historiadora reconhecida em todo o país, Jane não hesitou ao ser convidada para trabalhar na então recém-criada área de direitos humanos, tornando-se um dos pilares do PPGD. Suas atividades de ensino, pesquisa, extensão e orientação contribuíram decisivamente para aumentar a qualidade da produção acadêmica do Programa e aprofundar seu vínculo com a realidade amazônica.

# ANCESTRALIDADE E TRADIÇÃO



Jane Felipe Beltrão  
Almires Martins Machado  
José Heder Benatti (ORGs.)

# ANCESTRALIDADE E TRADIÇÃO

A HORA E A VEZ DE MULHERES  
INDÍGENAS E QUILOMBOLAS



Todos os direitos desta edição reservados  
à MV Serviços e Editora Ltda.

COORDENAÇÃO EDITORIAL Vitor Castro

EDIÇÃO Marilia Pereira

REVISÃO Arman Neto

---

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO  
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ  
Elaborado por Carla Rosa Martins Gonçalves – CRB 7/4782

---

A553

Ancestralidade e tradição: a hora e a vez de mulheres  
indígenas e quilombolas / organização Jane Felipe Beltrão,  
Almires Martins Machado, José Heder Benatti. – 1. ed. – Rio  
de Janeiro: Mórula, 2025.

128 p. ; 23cm.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-65-6128-154-6

1. Quilombos – Brasil. 2. Mulheres indígenas – Brasil. 3.  
Mulheres negras – Quilombolas – Brasil. I. Beltrão, Jane  
Felipe. II. Machado, Almires Martins. III. Benatti, José Heder.

25-101836.2

CDD: 305.48(81)

CDU: 316.347(=1-86)-055.2(81)

---



Rua Teotônio Regadas 26 sala 103

200021-360 \_ Lapa \_ Rio de Janeiro \_ RJ

[www.morula.com.br](http://www.morula.com.br) \_ [contato@morula.com.br](mailto: contato@morula.com.br)

morulaeditorial morula\_editorial

## APRESENTAÇÃO

O Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Pará (PPGD/UFPA) tem se consolidado, nos últimos 20 anos, como referência nacional na produção de conhecimento jurídico sobre Direitos Humanos comprometido com a inclusão, a diversidade e a transformação social. Situado no coração da Amazônia, o PPGD tem como um de seus objetivos a crença de que a excelência acadêmica não se mede apenas pela qualidade da produção científica ou pelo alcance internacional de suas pesquisas, mas também pela capacidade de democratizar o acesso e incorporar, de forma ativa e institucionalizada, os saberes e experiências de sujeitos historicamente excluídos da pós-graduação.

Nesse espírito, o programa foi pioneiro na UFPA ao adotar políticas afirmativas que passaram a integrar sua política permanente de seleção e permanência discente desde então. No processo seletivo universal, incluiu-se a reserva de vagas para pessoas negras e com deficiência, associada a critérios que garantem maior possibilidade de ingresso, como notas de corte específicas para candidatos nessas modalidades. Paralelamente, estabeleceram-se processos seletivos especiais e simplificados para pessoas indígenas, quilombolas, pessoas trans e servidores da UFPA, construídos em diálogo com representantes desses grupos e atentos às particularidades de cada público. Ao longo do último quadriênio 2021–2024, por exemplo, tais medidas resultaram em um crescimento expressivo do número de discentes oriundos dessas políticas, que hoje, digo isso sem receio de soar piegas, transforma o ambiente de pesquisa do programa.

Esses resultados não se expressam apenas em números, mas na própria composição e dinâmica do programa. É cada vez mais comum que o PPGD receba, em suas salas de aula e em seus grupos de pesquisa, lideranças comunitárias e sujeitos que carregam consigo a memória e as lutas de povos indígenas, comunidades quilombolas e coletivos trans, cujas trajetórias

antes estavam distantes do espaço acadêmico. A presença desses estudantes não apenas amplia o alcance social da pós-graduação, mas também transforma a própria agenda científica, incorporando temas e metodologias diretamente ligados à defesa de direitos, à proteção de territórios e à valorização de saberes tradicionais.

Este livro é fruto direto dessa concepção de pós-graduação e de Direitos Humanos. O livro é organizado pela equipe que, atualmente, está à frente da mais importante disciplina do programa, Teoria dos Direitos Humanos: os professores Jane Felipe Beltrão, Almires Martins Machado e José Héder Benatti. Capitaneados pela professora emérita Jane Felipe Beltrão, cuja atuação foi decisiva para a formulação e implementação das políticas afirmativas na UFPA e no PPGD, a obra reúne narrativas produzidas por pessoas mestrandas e doutorandas a partir de experiências vividas como lideranças indígenas e quilombolas da Amazônia. A obra nasce no âmbito do projeto Diversidade étnico-racial e os direitos territoriais na Amazônia: uma experiência clínica de direitos humanos e os povos indígenas e quilombolas, desenvolvido pela Clínica de Direitos Humanos da Amazônia (CIDHA/UFPA) e financiado pela Climate and Land Use Alliance (CLUA).

As trajetórias aqui reunidas demonstram à sociedade que políticas afirmativas não se encerram, simplesmente, na abertura de vagas, mas se concretizam na construção de um espaço de permanência, diálogo e reconhecimento. Ao tornar visíveis as experiências dessas pessoas, povos, grupos e comunidades, o livro reafirma a missão do PPGD de ser não apenas um núcleo de excelência acadêmica, mas um centro efetivo de transformação social.

*Belém, 14 de agosto de 2025.*

---

**Breno Baía Magalhães**

COORDENADOR DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
EM DIREITO – PPGD/UFPA

## SUMÁRIO

- 9      **PREFÁCIO**
- MULHERES DE TRADIÇÃO ENTRE  
INDÍGENAS E QUILOMBOLAS**
- Jane Felipe Beltrão  
Almires Martins Machado  
José Heder Benatti
- 15      **A ERVA CURA, O ESTUDO TRANSFORMA:  
O LEGADO DE SOFIA LIMA DOS SANTOS**
- Flávia Silva dos Santos
- 27      **YVY WERA: TERRA QUE BRILHA**
- Amirele Porto Machado
- 43      **BITOR, ERA COMO A CHAMAVAM  
MARIA RAIMUNDA**
- Pricila Aroucha Pinheiro
- 63      **KÁTIA TÔNKYRE: “TU FOGES, PARA  
CONTAR A HISTÓRIA DO Povo”**
- José Ubiratan Sompré

- 83 **MARILAQUE RODRIGUES CABRAL:  
MULHER QUILOMBOLA DE ARAQUEMBAUA**  
Sâmela Atrylly Lisboa Ramos
- 95 **ANCESTRALIDADE E TERRITÓRIO:  
UMA VISÃO QUE VEM DE DENTRO  
DO QUILOMBO ALTO ITACURUÇÁ**  
Alex de Souza Maciel
- 111 **MARIA AUXILIADORA MACIEL DOS SANTOS,  
MULHER DE CORAGEM**  
Klébson Salgado Glória
- 123 SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES

## PREFÁCIO

# MULHERES DE TRADIÇÃO ENTRE INDÍGENAS E QUILOMBOLAS

## TRADIÇÃO E MEMÓRIA

Indígenas e Quilombolas mulheres se mantêm ao longo de suas existências, entre os povos tradicionais, como força de resistência às injustiças que parecem se perpetuar contra os povos originários e transplantados para o Continente Americano. As relações desrespeitosas e racistas dos colonizadores exigem movimentação constante para evitar o sequestro dos direitos conquistados em embates diuturnos que envolvem luta constante. Luta na qual inúmeras mulheres se destacam.

Considerando a importância das mulheres de tradição e de pertença indígena e quilombola, procurou-se neste livro trazer a lume as diversas histórias que são fielmente registradas na memória de participantes dos coletivos étnica e racialmente diferenciados, nos quais as mestras do saber e da tradição se destacaram e são lembradas pelos exemplos e narrativas deixadas às gerações que as sucedem.

A pergunta que norteou as narrativas que se apresenta foi: quem são as indígenas e quilombolas mulheres que pelo conhecimento e movimentação são consideradas líderes de primeira grandeza, mesmo as que ancestralizarem? Ancestralizar é uma forma de ressignificar a morte de lideranças que permanecem na memória dos coletivos.

Para realização do estudo, contamos com o auxílio inestimável de novas lideranças indígenas e quilombolas que, como se diz mais recentemente, usam de caneta e papel para complementar a luta contra as situações de violência que enfrentam. As jovens lideranças, não sem razão, descendem de suas antecessoras: são filhos/as e netos/as que chegam a cultuar de modo afetivo-político os conhecimentos ancestrais mantidos por suas pertenças.

As narrativas são recheadas de emoção, e, como organizadores/as do trabalho, ficamos deveras sensibilizados/as, afinal, o conjunto da obra diz muito das mulheres líderes em coletivos tradicionais no Brasil. Mas informamos aos leitores/as neófitos/as: há muito mais líderes nos coletivos. Quem sabe com esta publicação outras pessoas tragam as demais lideranças, até então invisibilizadas, a conhecimento de pessoas não indígenas e não quilombolas.

É importante asseverar que além de jovens lideranças, os/as autores/as das narrativas são mestrandos/as e doutorandos/as no campo do Direito, portanto, pessoas que possuem experiência empírica e que, hoje, estão apurando suas práticas dentro da academia, em importante diálogo com aqueles/as profissionais que antes falavam sobre os povos tradicionais e que, agora, juntam suas vozes e ciências para comunicar resultados mais elaborados e importantes para estimular mudanças de atitudes da sociedade nacional.

As lideranças sobre as quais nos dedicamos são mulheres de múltiplas dimensões e reconhecidas pelas transformações educacionais que empreenderam, atuando na defesa do território e lutando pela igualdade e identidade dos povos tradicionais, valorizando as ações de saúde e a escolaridade de seus descendentes.

Sofia Lima dos Santos, Kunhã Rendyju, Maria Raimunda Bitor, Kátia Tônkyre, Luíza de Marilaque, Bella Pinheiro e Maria Auxiliadora Maciel

dos Santos são vistas a partir de trajetórias que, até ontem, permaneciam invisibilizadas e se circunscreviam aos limites internos de seus territórios e de territórios adjacentes, para ressurgirem revelando a importância da resistência e da memória da atuação política associada aos direitos que o Estado teima em olvidar.

## **A CAMINHADA NÃO SE FAZ SÓ, MAS EM PARCERIA**

O trabalho que apresentamos emerge do projeto Diversidade étnico-racial e os direitos territoriais na Amazônia: uma experiência clínica de direitos humanos e os povos indígenas e quilombolas, coordenado pela Clínica de Direitos Humanos da Amazônia (CIDHA), vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Pará (PPGD/UFPA) que nos oferece suporte acadêmico e físico para o desenvolvimento das ações afirmativas financiadas pela Climate and Land Use Alliance (CLUA).

É um projeto iniciado com o objetivo de ampliar as políticas de ações afirmativas na UFPA, ao incluir uma seleção especial de discentes, residentes e voluntários indígenas e quilombolas, com vistas a profissionalização desses grupos e fomentar sua participação em espaços de discussão e deliberação. Hoje, o PPGD incorporou vagas para indígenas e quilombolas no processo de seleção, tornando-se uma política institucional.

O livro se constitui em uma possibilidade de ler sobre os/as protagonistas dos coletivos/comunidades indígenas e quilombolas a partir de companheiros/as de luta que se dispõem em conversas com a finalidade de apresentar suas lideranças que são desafiadas a narrar memórias e histórias que fundamentam as lutas diárias por direitos étnica e racialmente diferenciados.

## **NARRATIVAS E AUTORES/AS**

Afirmamos que as lideranças que emergem das narrativas possuem semelhanças entre si. São líderes de respeitabilidade reconhecida pelos coletivos/

comunidades, responsáveis pelo encaminhamento de seus descendentes, cujos exemplos são repetidos cotidianamente.

O capítulo um, denominado “A erva cura, o estudo transforma: o legado de Sofia Lima dos Santos”, de autoria de Flávia Silva dos Santos, diz respeito ao Território Quilombola Rio Genipaúba no Pará, cujas primeiras famílias chegaram ao território ainda no século XIX. A autora destaca em sua narrativa as memórias que mantém sobre a sua liderança maior, a querida Tia Sofia, que possuía um carisma invejável e uma disposição de luta que arrastava os/as companheiras para resistência.

Na sequência, Amirele Porto Machado brinda os/as leitores/as com um texto intitulado “YVY WERA: terra que brilha”, no qual narra que Kunhã Redyiju, cujo nome civil é Claudilene Gomes, que embora não saiba onde nasceu, se considera pertencente ao coletivo da Reserva Indígena de Dourados (RID), apesar de ter morado em outras aldeias, vive desde 2017 na retomada Yvy wera que abriga Kaiowá e Guarani. Kunhã, embora não tenha frequentado os bancos escolares com seus pais, que eram lideranças tradicionais, se tornou aprendiz das práticas necessárias para tornar-se guardiã dos conhecimentos ancestrais Guarani e Kaiowá, e além de líder política, é uma Nhădesy, liderança religiosa que possui o reconhecimento de seus pares.

O capítulo três, chamado “Bitor, era como a chamavam Maria Raimunda”, foi escrito por Pricila Aroucha Pinheiro — sua orgulhosa neta, que narra com desenvoltura os feitos e a importância da grande liderança de Bitor em prol do quilombo Os Paulos. Pricila trabalhou com uma rede de interlocutores/as que aos poucos permitiram à autora juntar e emendar com carinho os retalhos da grande colcha de retalhos que nos envolve na luta da grande líder do quilombo Os Paulos.

José Ubiratan Sompré traz a público “Kátia Tônkyre: ‘tu foges, para contar a história do povo’”, filha de Höpyre Rônoré Jopikti Payaré, grande líder Akrātikatêjê que resistiu e defendeu seu povo quando da Construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí e, mesmo depois do alagamento do território de seu povo, continuou a luta na Justiça. A vitória do povo Akrātikatêjê ocorreu em 2011, quando a Eletronorte foi obrigada a indenizar o povo

com a compra de uma terra para compensar a expropriação do território violado. A primeira decisão favorável aos Akrātikatêjê foi dada pelo Tribunal Federal Regional (TRF1) em 2011, mas somente em 2021 a decisão foi efetivada e a terra entregue ao povo Akrātikatêjê.

Payaré, o grande líder, faleceu em 2014 sem alcançar viver na ‘nova’ terra, mas Tōnkyre Akrātikatêjê, cujo nome civil é Kátia Silene Valdenilson, filha do grande líder, assumiu a liderança, tornando-se cacica do povo na aldeia Akrātikatêjê, criada por seu pai em 2008 dentro da Reserva Indígena Mãe Maria, sendo a partir de então liderança incansável e respeitada dentro e fora da Aldeia, não dando trégua aos ‘inimigos’. A trajetória de Kátia é repleta de desafios que, a duras penas, a líder tenta superar, pois a movimentação política exige preparo cuidadoso. Kátia acredita no que dizia seu pai, chamando atenção para sua predestinação ainda no ventre da mãe, que foi gerada para ser líder. Predestinada ou não, Kátia leva a luta adiante e é admirada pelos seus pares.

Luiza de Marilaque Rodrigues Cabral, líder quilombola de Araquembaua, vem a público a partir da pena de Sâmela Atrylly Lisboa Ramos, no capítulo denominado “Narrativa de uma mulher Quilombola de Araquembaua”. Conhecida como Marilaque, é pessoa nascida e criada em Ariquembaua que se tornou uma líder reconhecida por compartilhar o conhecimento ancestral, dedicando-se aos ensinamentos em diversas áreas, procurando sempre defender o território e promover a ampliação dos conhecimentos necessários ao coletivo. Uma das marcas de Marilaque é o incentivo aos jovens para estudar e, dessa forma, auxiliar o desenvolvimento do quilombo em face das novas necessidades sociais do coletivo.

Alex de Souza Maciel cola com esmero e carinho retalho a retalho costurando a história de “Bella Pinheiro: uma visão que vem de dentro do Quilombo Itacuruçá Alto”, apresentando a liderança de uma ‘quilombola de fé’ que se forma e milita em Itacuruçá Alto, absorvendo os ensinamentos de quem lhe antecede e ensinando os descendentes a serem resistentes.

Maria Auxiliadora Maciel dos Santos, mulher de coragem, segundo Klebson Salgado Glória, que ao descrevê-la como uma liderança política e espiritual mantém viva as tradições quilombolas de respeito e relação

com a natureza. A grande capacidade de Maria Auxiliadora foi transformar um local marcado pela violência e de triste memória para seu povo, desde tempos imemoriais, em um território de esperança e construção de identidade de um povo, a comunidade quilombola de Caldeirão.

Leitores/as, descubram a importância dos povos indígenas e comunidades quilombolas a partir de pessoas que possuem autoridade e responsabilidade para narrar ‘Histórias de resistência’.

---

**Jane Felipe Beltrão  
Almires Martins Machado  
José Heder Benatti**

# A ERVA CURA, O ESTUDO TRANSFORMA: O LEGADO DE SOFIA LIMA DOS SANTOS

Flávia Silva dos Santos



## O REGISTRO QUE IMPORTA

No âmbito dos nossos costumes comunitários quilombolas ancestralizar é ressignificar a morte. Concebemos essa passagem como um retorno à ancestralidade. E é nesse sentido que a história de vida e lutas comunitárias de Sofia Lima dos Santos será contada neste capítulo.

Em memória comunitária, construída por ocasião da elaboração da linha do tempo do Território Quilombola Rio Genipaúba para subsidiar o Protocolo de Consulta e Consentimento, Livre, Informado e de Veto, as dezenas de famílias ali presentes fizeram um registro coletivo do passado, almejando registrar por escrito a história oral.

O mencionado Protocolo foi aprovado no dia 22 do mês de abril do ano de 2023, após o vencimento de muitas etapas comunitárias, inclusive no período pandêmico, no qual precisamos recalcular as formas de organização comunitária para que o vírus da Covid-19 não se disseminasse.

Naquela manhã do dia 18 do mês de março do ano de 2021, as nossas anciãs e os nossos anciões indicaram que por volta de 1800 chegaram ali as primeiras famílias, fugindo mata adentro para escapar do sistema escravocrata. Benedito Lima dos Santos, 65 anos, relembrou que sua bisavó tinha sido uma mulher escravizada e contava que seus filhos teriam nascido na vigência da Lei do Ventre Livre.

As memórias compartilhadas dão conta de que os antepassados de Sofia Lima dos Santos, bem como os de Raimundo Almeida Santos, foram os primeiros a chegar no Rio Genipaúba.

Não por acaso, Sofia e Raimundo foram casados e juntos tiveram doze filhos. Sofia era conhecida pela comunidade inteira como uma mulher sábia, corajosa e que sempre lutou pelo bem comum. Por isso era carinhosamente chamada por todas e todos de Tia Sofia. E é dessa forma que será chamada neste texto a partir de então.

Tia Sofia tinha um carisma único. Transmitia uma paz que somente era possível alcançar estando ao lado dela. Mas não nos enganemos, a paz não tinha relação com passividade ou submissão, muito pelo contrário, era na serenidade de Tia Sofia que se encontravam as forças para seguir na luta.

Àquela época não existia comunidade com as configurações de organização de hoje, mas existia o companheirismo e o cuidado comum. Os trabalhos eram compartilhados e tudo o que se colhia também.

A base da comunidade sempre foi a agricultura. As roças eram e são a base da economia comunitária e os grupos de famílias seguem em regime de mutirão: a cada semana, todas as famílias trabalham juntas em um roçado em regime de revezamento, assim, todos têm produção.

Com o passar dos anos foi se construindo o início da organização comunitária que hoje está consolidada. E Tia Sofia esteve presente em absolutamente todas as construções, desde carregar terra em curatá<sup>1</sup> para encher o piso da barraca (local de encontro e articulação comunitária) até pensar em estratégias de sobrevivência coletiva.

Elá também tinha conhecimento e domínio das ervas que curam. Curou muitas enfermidades visíveis e auxiliou naquelas que não era possível ver a olho nu. Aquelas que apenas a alma é capaz de sentir. Foi nossa guardiã dos saberes da cura ancestral e repassou seus conhecimentos a outras mulheres de diversas comunidades para que as práticas se perpetuassem na cultura comunitária quilombola.

Sem estudos escolares pela total ausência de políticas públicas educacionais à sua época, Tia Sofia compreendia a importância de os filhos pelo

---

<sup>1</sup> Casulo que envolve o fruto do inajazeiro até que ele esteja maduro o suficiente para ser consumido. Após cumprir seu papel natural, o curatá se abre e cai, sendo utilizado por populações tradicionais como recipiente para carregar outros frutos e/ou transportar terra, como foi o caso de Tia Sofia.

menos aprenderem a ler e a contar, e com muito sacrifício os encaminhou em ‘etapas’ à comunidade vizinha e essa ousadia revolucionou o futuro educacional formal do Rio Genipaúba, conforme veremos com mais detalhes nas páginas seguintes.

Tia Sofia nasceu no dia 30 de abril de 1918 e ancestralizou no dia 24 de junho de 2004, exatamente no dia de São João, santo celebrado tradicionalmente na comunidade. Um festejo cativante que anualmente renova a fé da cultura popular e permanece até hoje.

Seu legado de luta, força, coragem e determinação conduz nossos passos e lutas comunitárias e, exatamente por isso, coletivamente nos é tão importante produzir e registrar a memória da história da vida e do legado dessa liderança mulher, que repercutem e guiam até os dias atuais o nosso fazer e viver comunitário.

## ANCESTRALIDADE E RESISTÊNCIA

No contexto de busca, de fuga e ao mesmo tempo de retorno à liberdade que as mulheres de Conceição das Crioulas constroem, na condição de grupo, suas próprias estratégias de afirmação, marcadas pela indivisibilidade e a pertença ao território de Conceição das Crioulas, com forte protagonismo e a participação ativa em todos os momentos da história (Silva, 2012, p. 12).

Os quilombos, desde sua concepção, são espaços de resistência. Assim como as mulheres do território de Conceição das Crioulas, do sertão de Pernambuco, e as mulheres do Genipaúba, no coração da Amazônia brasileira, teciam/tecem a resistência, principalmente na subsistência da comunidade.

O momento de construção do Protocolo de consulta também foi espaço para registrar as diversidades de vidas existentes no território. Naquela ocasião, destacamos as frutas existentes em nosso chão: castanha-do-pará (castanheiras centenárias), cupuaçu, açaí, manga (e suas variedades:

bacuri, caiana, comum, maçã, taperebá, rosa, de quilo), jambo (rosa e maçã), jenipapo, abiu, bacuri pari e açú, muruci, goiaba, jaca, mumbaca, tucumã, inajá, mucajá, ajuru, bacaba, maracujá-do-mato, patauá, andiroba, banana, ameixa, tangerina, laranja comum e da terra, melancia, pupunha, ingá (batelão, de metro, xixica, comum) taperebá, graviola, mamão, limão (galego, do nosso, lima, toranja, doce) abacaxi, sapucaia, carambola, seringueira, mangueiro (mangue), mari, biribá, piquiá, miriti, camapú, acaá, coco, cupuí, caju (comum e do mato), entre tantas outras frutas. Outros produtos também fazem parte do cotidiano, entre eles: mandioca, macaxeira, milho, arroz, jerimum, acará roxo, urucum, pimenta (malagueta e de cheiro), maxixe, cuia (cabaça), ipê, pepino-do-mato e batata-doce.

Também pontuamos as riquezas existentes no nosso rio que é habitado por diversas espécies, tais quais: camarão, tucunaré, pescada, jacundá (açú e coroa), baiacu, poraqué, mandubé, madií, acará, intuí, peixe-águlha, candirú, tambaqui, tilápia, tainha, tariíra, acari, bacu, carataí (açú e comum), mapará, muçum, aracu, arraia, rebeca, pirarara, sarapó, jijú, matupiri, andungue (cachorro de padre), entre outros. Há também espécies como caramujo, sarara, areroa e lagosta.

Destacamos ainda a diversidade de animais: cutia, macaco, paca, tatu, mucura, raposa, veado, jabuti, tartaruga, porco-do-mato (queixada), soiá, tamanduá, jacuraru, preguiça, camaleão, porco-espinho, onça, peru, galinha, cuamim (quati), pato, abelha, cuandú, cobra (surucucu, jiboia, jararaca, sacai, coral, d'água) borboleta, lagarto, besouros, beija-flor, joaninha, vagalume, tracupeuá, sapo, cigarra, aranha, grilo, lacraia, tucandeira, formiga, cupim, punha-mesa, cachorro-do-mato, lontra, capivara, entre outros animais, como insetos e peçonhentos.

Nós não conhecemos os nomes científicos de vegetais e animais, entretanto, sabemos como identificá-los, pois aprendemos desde pequeninos com os mais velhos.

A existência de todas essas espécies é oriunda do cuidado de muitas mulheres que sempre souberam da importância de preservar as mais variadas formas de vida. Tia Sofia continuava as lutas das mulheres que a antecederam, como a de sua própria mãe, Rosa Honorato Lima. As mulheres labutavam na agricultura, sem deixar que nenhuma espécie se

acabasse, e para além disso, buscavam meios de sobrevivência coletiva, e aqui cabe um recorte à uma dessas estratégias comunitárias de sobreviver.

O ‘pupu’ era um aviso sonoro de socorro. Todas e todos os moradores sabiam que quando ele era entoado, havia alguém doente. À época, não havia barcos motorizados na comunidade. A única forma de acessar e de sair do território era pelo leito do Rio. Então, quando havia alguém doente era emitido o grito ‘pupu’ de forma contínua. Todos reconheciham que vinha alguém doente pelo rio e aquelas pessoas com mais agilidade no remo pegavam os seus barcos e iam para a ponta dos miritizeiros<sup>2</sup> aguardar a chegada da canoa com o doente, para seguir remando até a sede na cidade. O ‘pupu’ como aviso de solidariedade salvou muitas vidas ao longo do rio.

O exemplo acima demonstra a importância da luta coletiva pela sobrevivência. Todos os direitos conquistados, ainda que insuficientes, são oriundos de articulações e lutas comunitárias, e reforçam a potência das mobilizações sociais das bases das comunidades que seguem em resistência para expandir a efetivação de direitos. A luta é constante em face da colonialidade.

## A EDUCAÇÃO COMUNITÁRIA QUILOMBOLA E A EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA

Vou aprender a ler para ensinar meus camaradas!

Vou aprender a ler para ensinar meus camaradas!

(Capinan; Mendes, 2003)<sup>3</sup>.

Mesmo sem ser escolarizada, Tia Sofia tinha ciência da importância dos estudos. Com muito esforço e em ‘etapas’, encaminhou seus filhos para que aprendessem a ler, escrever e contar. A escola ficava em outro rio, então,

---

<sup>2</sup> O miritizeiro é árvore do miriti ou buruti. O seu caule é longo e mantém espessura similar do início ao fim. O que permite que os moradores o utilizem como ponte das casas até a beira do rio, permitindo um acesso razoável.

<sup>3</sup> É para escutar e se emocionar tanto pela letra, como pela música que traz tambores poderosos e, especialmente, pela poderosa voz de Maria Bethânia.

as filhas e os filhos de Tia Sofia precisavam sair horas antes do início da aula para seguirem remando, às vezes contramaré, para chegar à escola. Quando chovia ou quando algum buraco se formava no fundo da canoa e ela afundava, todo o material, costurado à mão, era perdido. Conforme informei linhas atrás, não havia barcos motorizados; canoas a remo eram os únicos meios de transporte.

E foi exatamente da determinação de Tia Sofia para que seus filhos estudassem que nasceu a primeira professora da comunidade. Davina Lima dos Santos, sua terceira filha, lecionava voluntariamente para as crianças da comunidade na sala da casa de seus pais, que foi a primeira sala de aula do Rio Genipaúba. Dessa forma, as crianças não precisavam passar por todos os sacrifícios necessários para se chegar à escola no outro rio. Eram alfabetizadas a partir da organização e esforços da própria comunidade.

Mais adiante, na barraca da comunidade, de chão de barro batido, coberto de palha e com móveis feitos de madeira da região, foi sediada a Escola Sagrado Coração de Jesus. À época, outra filha de Sofia atuava como professora, a senhora Maria das Graças, que recebia uma colaboração mensal da Prelazia de Abaetetuba, que hoje é a Diocese do município de Abaetetuba.

Depois de alguns anos, a comunidade se organizou e foi cobrar do prefeito que o município pagasse as professoras. Foi então que se começou a receber meio salário-mínimo. O padre da época se dispôs a ir falar com o prefeito sobre a necessidade de aumento de salário e assim o fizeram, mas receberam como resposta que caso não estivessem satisfeitos, era para entregarem a vaga, pois havia uma fila enorme de gente querendo entrar.

Passados os anos, em 1993, a escola migrou para a sala de outros moradores da comunidade, que com o auxílio da Associação dos Moradores das Ilhas de Abaetetuba (AMIA), ofertava a educação infantil e pré-escolar.

A conquista do prédio físico da escola com duas salas de aula aconteceu em 04 de março de 1988, e assim a escola foi cadastrada no sistema de merenda escolar, recebendo o que lhe cabe até hoje. Entretanto, a escola passou a chamar-se 04 de Março, contrariando a decisão da comunidade, que a denominou Sagrado Coração de Jesus.

Aqui precisamos refletir sobre essa explícita violação aos direitos tradicionais da comunidade, concretizada pela imposição da colonialidade em ter a sua vontade privilegiada, desprezando as lutas e as esco- lhas comunitárias.

Por muito tempo, a luta pelo verdadeiro nome da escola ficou ador- mecida, mas por ocasião da construção da linha do tempo comunitária, a questão emergiu e começamos a mobilização para que o nome seja alte- rado conforme a decisão da comunidade.

Além da questão supracitada, durante muitas décadas os docentes vinham da cidade para dar aulas na comunidade, e na maioria das vezes desconsideravam os saberes e as tradições locais, criando um distan- ciamento entre a escola e a comunidade.

Com muita luta e resistência, essa realidade foi se alterando. A comuni- dade conseguiu, por meio de mobilizações coletivas, ocupar todos os cargos da escola: profissionais de apoio, docentes e gestão são quilombolas resi- dentes no Rio Genipaúba. A ponte da escola também foi construída. Hoje temos uma ponte segura, de concreto, que possibilita a chegada tranquila das margens do rio até as dependências da escola, que teve o prédio refor- mado para inserir um refeitório. Melhorias ainda são necessárias, bem como a ampliação do número de salas de aulas, que no momento são apenas duas, e ainda travamos luta pela erradicação das classes multisseriadas.

A comunidade segue encaminhando em conjunto com a escola todas as questões. Exemplo disso é a atuação do conselho escolar que conta com representações da comunidade e pauta todos os desafios que ainda precisam ser enfrentados, sendo um deles a elaboração do projeto polí- tico pedagógico (PPP), de fato construído e implementado comunitaria- mente. O PPP existente não é adequado à comunidade e sequer é utilizado.

As construções comunitárias reforçam que a educação escolar quilom- bola “é a educação viva, que nasce do saber do próprio povo, para devolver a esse mesmo povo o que lhe foi negado e por isso, valoriza, reconhece, forta- lece, identifica, partilha, qualifica os saberes e os conhecimentos locais” (Silva, 2012, p. 167), e para isso não precisa ignorar os conhecimentos universais, se tornando uma educação que busca “emancipar o homem e a mulher e se transforma em instrumentos de luta” (Silva, 2012, p. 167).

Tia Sofia não conhecia o termo emancipação, mas, na prática, tornou a emancipação uma realidade dentro da luta comunitária. Sua inquietação com a situação vivenciada, sua ousadia de encaminhar os filhos a outro rio para estudar, de recomeçar a criar cada caderno molhado e destruído pela chuva ou por alagamentos foi crucial para o início da educação escolar quilombola dentro do Rio Genipaúba.

## O LEGADO DE TIA SOFIA PERMANECE VIVO!

Tia Sofia em vida terrena foi uma liderança essencial para a existência de nossa comunidade e para o nascimento das gerações que a sucederam, e ancestralizada, tornou-se uma entidade que continua a guiar os nossos passos coletivos.

A coragem e a determinação da mulher que criou doze filhos biológicos e foi mãe de aconselhamentos e cuidados de uma comunidade inteira seguem inspirando o fazer e o viver em comunidade.

O ensinamento das práticas ancestrais de manuseio das ervas curativas promove, ainda hoje, a cura de muitas enfermidades presentes no território. A terra segue sendo nossa maior aliada para sobreviver e Tia Sofia ensinou isso não apenas com suas sábias palavras, mas principalmente com suas ações.

A luta pela educação escolar na comunidade traz em si o legado de Tia Sofia, que mesmo sem ter frequentado a escola, lutou pela alfabetização não apenas de seus doze filhos, pois oportunizou a alfabetização de uma comunidade inteira.

A luta de Tia Sofia reverberou em todas as conquistas que alcançamos e reverberará em todas as tentativas de alcançar os direitos que ainda nos são confiscados. Tia Sofia, presente! Ontem, hoje e sempre!

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. *Ato das Disposições Constitucionais Transitórias*. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm#adct](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm#adct). Acesso em 31 de outubro de 2023.
- BRASIL. *Constituição Federal de 1988*. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em 31 de outubro de 2023.
- BRASIL. *Decreto 10.088, de 5 de novembro de 2019*. Consolida atos normativos editados pelo Poder Executivo Federal que dispõem sobre a promulgação de convenções e recomendações da Organização Internacional do Trabalho — OIT ratificadas pela República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Presidência da República, [2003].
- BRASIL. *Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003*. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Brasília, DF: Presidência da República, [2003].
- BRASIL. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola, da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação*. Brasília, DF, Conselho Nacional de Educação, [2012].
- BRASIL. *Lei 8.069, de 13 de julho de 1990*. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [1990].
- BRASIL. *Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, [1996].
- CAPINAN; MENDES, Joao Roberto Caribe Mendes. “Yáyá Massembo”. In: BETHÂNIA, Maria. *Brasileirinho*. Quintada, 2003.
- Genipaúba, Território Quilombola titulado em 05 de junho de 2022. Construção da Linha do Tempo Comunitária*. Pará, Brasil, 18 de março de 2021. (Inédito)

SANTOS, Benedito. *Entrevista Oral* [gravada] realizada por Flávia Silva dos Santos. Comunidade Quilombola Rio Genipaúba. Pará, 25 de julho de 2024.

SILVA, Givânia Maria da. *Educação como processo de luta política: A experiência de “educação diferenciada” do território quilombola de conceição das crioulas*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília. Repositório Institucional da Universidade de Brasília. 2012. Disponível em: [https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/12533/1/2012\\_GivaniaMariadaSilva.pdf](https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/12533/1/2012_GivaniaMariadaSilva.pdf).

# YVY WERA: TERRA QUE BRILHA

Amirele Porto Machado



Nhändesy Kunhā Rendyju (Claudilene Gomes), em frente a Oga pysy em sua casa, fazendo o Jehovasa ao iniciar a entrevista concedida a mim. Na cabeça usa o Jeguaka (como se fosse um diadema, usado pelos Kaiowá) e nas mãos segura o Takuapu (instrumento feito de bambu utilizado durante a reza).  
Foto feita por ocasião da Retomada Yvy Wera em 8 de agosto de 2024.

## KUNHÃ RENDYJU: MULHER BRILHANTE

Antes de começar a conversa com a Nhändesy<sup>1</sup> Kunhã Rendyju, cujo nome civil é Claudilene Gomes,<sup>3</sup> ela fez um jehovasa<sup>4</sup>, manifestação que é o modo Guarani e Kaiowá de viver e iniciar uma atividade. É uma reza considerada indispensável para iniciar algo, pois pedir a benção das divindades é de fundamental importância.

Durante a entrevista<sup>5</sup>, Nhändesy Kunhã Rendyju (Claudilene Gomes) relatou que quando chegou na região, ainda havia muitas coisas boas, referindo-se à caça, à pesca e aos espaços para plantar. Infelizmente, a Reserva Indígena de Dourados (RID) mudou muito. Hoje falta segurança, água, espaços para plantar e, principalmente, condições para exercer o modo

---

<sup>1</sup> Entre nós, Nhändesy corresponde à nossa mãe. É uma liderança feminina religiosa tradicional. Representa o cuidado, a fertilidade e a sabedoria ancestral.

<sup>2</sup> O nome da interlocutora significa mulher de brilho dourado ou mulher que brilha dourado.

<sup>3</sup> Para facilitar a leitura, ao longo do capítulo usa-se o nome original e o nome civil para melhor fixação pelo leitor.

<sup>4</sup> Canto-reza Guarani/Kaiowá, para dar forças, abençoar e afastar os males que possam surgir na jornada que se aproxima. Para toda e qualquer ação, se faz a reza e o jehovasa. O ato é acompanhado pela movimentação dos braços, fazendo o sinal de retirada de forças não desejadas e a absorção de forças que favoreçam os quem participam da ação.

<sup>5</sup> Entre nós não usamos entrevista, pois somos parentes. Na verdade, entabulamos uma conversa amigável com a finalidade de ouvir nossa anfitriã. A escuta entre nós é um ato respeitoso para com os mais velhos.

de vida tradicional. Segundo ela, não é que seja uma aldeia ruim, mas ela ‘encheu’ demais (cresceu demograficamente) se tornou ‘sufocante’ (sem boas condições de vida). A RID compreende cerca de 18 mil pessoas indígenas<sup>6</sup> em um espaço de aproximadamente 3.600 hectares. Por isso, os coletivos étnicos buscam, desde sempre, territórios da tradição, onde se possa viver de acordo com os costumes ou viver plenamente de acordo com a cultura. Foram em busca da Yvy maraney.<sup>7</sup>

Kunhã Rendyju (Claudilene) é uma importante protagonista feminina na sua região, sobretudo para o seu povo Kaiowá e Guarani. Juntamente com seu marido, lideram a retomada, e estão à frente das principais festividades realizadas no decorrer do ano, como Kunumi<sup>8</sup>, Jeroky<sup>9</sup>, Nhēmogarai mita<sup>10</sup>, entre outras. Além de realizarem essas festividades, no espaço da Oga pysy<sup>11</sup> se realizam oficinas culturais de pintura, música, teatro, audiovisual, dentre as múltiplas atividades de tradição ou incorporadas pela comunidade na convivência interétnica.

---

<sup>6</sup> Dados registrados pela Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), do Ministério da Saúde (MS), em 2023.

<sup>7</sup> Em busca da Terra sem males.

<sup>8</sup> É um ritual de passagem para meninos, no qual se ensina a caçar, pescar, plantar, construir casa, fazer artefatos artesanais, comer saudável e moldar o caráter para que seja uma pessoa de bom coração e siga um caminho correto no mundo físico. O momento é marcado pela perfuração abaixo do lábio. Espiritualmente, o ritual purifica e fortalece a alma. Durante o ritual são repassados os conhecimentos tradicionais de ordem religiosa, como rezas, conhecimento de remédios tradicionais, entre tantos outros saberes. É um dos momentos mais importantes da vida do menino Guarani/Kaiowá que, a partir de então, se torna homem.

<sup>9</sup> Diz respeito a cantos, danças e festas.

<sup>10</sup> Ritual de nominação que, mal comparando, se assemelha ao batizado de diversas religiões do mundo não indígena (mundo do ‘branco’) quando se reza para que a Nhandesy ou Nhandru (líder religioso homem) nomeie a criança em língua Guarani e Kaiowá. Pode ser pensado como produção de uma certidão de nascimento.

<sup>11</sup> Casa tradicional Guarani/Kaiowá, feita de sapé e bambu, onde se realizam os rituais e orações.

Compõem o quadro de reuniões ou conselhos da tradição compreendendo as lideranças, o Aty Guasu<sup>12</sup> e a Kunhangue Aty Guasu<sup>13</sup>, e participam ativamente de mobilizações como o Acampamento Terra Livre (ATL), realizado há 21 anos por ocasião do Abril Indígena, em Brasília.

Kunhã Redyju (Claudilene), nossa entrevistada, conta que não teve muito estudo, pois à época seus pais não entendiam o quanto seria importante, a partir de então, ter estudos (escolarização). Como seus pais eram lideranças políticas tradicionais, ela foi aprendiz, e a prioridade para ela foi aprender tudo que eles sabiam em relação à cultura, o que a fez tornar-se guardiã dos conhecimentos ancestrais Guarani e Kaiowá, fato que hoje permite o reconhecimento com Nhãndesy.

Particularmente, considero-a uma verdadeira mestra. Ela consegue ‘ler’ a pessoa apenas pela forma de falar. Ela possui muitos conhecimentos. Sabe se comunicar perfeitamente com a natureza e te faz ‘viajar’ pelas lindas maneiras de ver o mundo e toda a criação sob a ótica Guarani/Kaiowá, o que é algo importante para nós, indígenas. No entanto, líderes religiosos como as nhãndesy e nhanderu possuem um conhecimento inigualável. Eles de fato são uma força de suporte para nós que precisamos sair da Aldeia para enfrentar o mundo lá fora. Kunhã Rendyju (Claudilene) tem pouca familiaridade com a língua portuguesa, por isso torna-se um pouco difícil transcrever suas palavras carregadas de conhecimento, filosofia e sentimentos que ela deixa transparecer durante uma conversa. Ela é a guardiã do território, das memórias e do conhecimento tradicional. Luta bravamente todos os dias para que o tekoha siga brilhando (Yvy Werá).

---

<sup>12</sup> Denominação de grande assembleia do povo Guarani e Kaiowá para tomada de decisões em benefício da coletividade.

<sup>13</sup> Referência à grande assembleia das mulheres Guarani e Kaiowa que reafirma seu protagonismo nas tomadas de decisão.

## A BUSCA PELA TERRA SEM MALES

O território para os indígenas é espaço social que vai muito além do mero espaço físico. É o lugar no qual se tem alegria, tranquilidade e se pode viver de acordo com as suas identidades, costumes, línguas e tradições. É o território onde se pode ver a lua mais iluminada, olhar cuidadosamente as estrelas do céu, além de assistir um lindo nascer e pôr do sol. É o local onde a mãe terra<sup>14</sup> conversa com seus filhos da maneira mais genuína e sincera. Lá há vida e abundância, pois aqui se apresenta as premissas do corpo território, a Nhandesy mãe terrena, se conectando com a mãe terra para juntas, cuidar de seus filhos. Ambas se unem para mostrar a beleza do tekoha e com isso ter a inspiração para proferir as belas palavras, argumentando a favor de um direito originário.

Por isso, se exige do indígena o máximo respeito, como bem exemplifica Almires Machado, do povo Guarani:

[a] natureza de relacionamento do indígena com a terra é de filiação. A terra é sua mãe generosa que tudo oferece aos seus filhos, em troca requer respeito, que é premissa de vida. A terra é sagrada, nela está a morada dos espíritos de seus ancestrais, ela não é somente meio de produção de alimentos, mas é parte do próprio indígena (Machado, 2009, p. 44).

Isso é tekoha.<sup>15</sup> Somente nesse lugar se pode desenvolver o teko joja<sup>16</sup> e teko porã.<sup>17</sup> Seus pais eram nhanderu<sup>18</sup> e nhãndesy, e ela aprendeu com eles, portanto, agora precisa ensinar aos seus oito filhos os conhecimentos adquiridos para não perder a conexão entre o mundo físico e espiritual.

---

<sup>14</sup> A relação do indígena com o território é de filiação. Toda vida existente é sustentada pela mãe-terra. No território, a mãe dialoga com os filhos através da natureza, dos animais, do céu etc.

<sup>15</sup> Aldeia, o lugar onde há vida, felicidade e permite o exercício do nosso modo de ser.

<sup>16</sup> O modo harmônico e coeso de viver. Não há individualismo, pois se trabalha pelo coletivo, produzindo relações equilibradas em relação aos outros seres e coisas.

<sup>17</sup> Modo de agir a partir de uma boa conduta.

<sup>18</sup> Nosso pai. Líder religioso tradicional. Correspondente masculino de nhãndesy.

Só alguém como Kunhã Redyju (Claudilene) pode conversar com os jara<sup>19</sup> e proteger o tekoha, como explica Eliel Benites Kaiowá:

[as] orientações indígenas guarani e kaiowá no tempo e no espaço estão ligadas na perspectiva de manter a sua relação com os *teko jára*, como os ancestrais o faziam, as quais orientam toda a dinâmica das relações sociais e mobilidade espacial nos dias de hoje. O cultivo das experiências dos antepassados como as técnicas de produções, as cerimônias, as construções, por exemplo, são práticas cotidianas que, além de serem úteis, os mantêm ligados a esses patamares. Cultivando essas experiências, entende-se que a temporalidade destes mundos cosmológicos pode-se conectar ou se estender ao mundo “real”, o mundo vivido no agora, referencian- do-se para o caminho do futuro, permitindo a conexão permanente dos caminhos humanos com estes guardiões (Benites, 2021, p. 71).

Com a chegada dos karai kuera<sup>20</sup>, muita coisa mudou. Em relação à vivência na RID, a nhãndesy narra sobre os perigos, principalmente, por ter uma rodovia movimentada que corta a Reserva e passa em frente a casa que morava. Muitos karai que se casaram com indígenas e foram morar na aldeia, trouxeram consigo a desunião.

É verdade, eles não trabalham mais unidos, os karai (não indígena) não sabem trabalhar unidos, antigamente não era assim. No passado, nós dividíamos a comida e fazia reza antes da alimentação para agradecer por ter plantação (Kunhã Redyju [Claudilene Gomes], em 8 de agosto de 2024).

Nossa nhãndesy, ao mudar-se para a Retomada, o fez na tentativa de afastar os males que cercam a aldeia, evitando que se aproximasse da nova morada em terras que foram invadidas pelos não indígenas. Ao realizarem suas rezas, empunharem seus maracás, os brancos que passavam pela rodovia sem entender a religiosidade manifesta pelos indígenas passaram a classificar Claudilene como ‘bruxa’, como se as rezas que compreendem os rituais fosse algo ruim ou prejudicial a alguém. O fato pode ser registrado

---

<sup>19</sup> Guardiões/donos/senhores no plano espiritual.

<sup>20</sup> Termo utilizado para se referir aos não indígenas e/ou colonizadores.

como prática de intolerância religiosa contra Kunhã Redyju (Claudilene) e seus familiares. A partir dos relatórios da Kunhãngue Aty Guasu, se tem acesso às violações sofridas pelas nhãndesys. No Mato Grosso do Sul os ataques ao corpo-território<sup>21</sup>, sobretudo das mulheres kaiowá e guarani, têm se intensificado e elas são alvos frequentes, especialmente quando se trata de nhãndesy, revela nossa interlocutora.

Mesmo com todos os problemas de acesso a saneamento básico, ausência de escolas, falta de atendimento de saúde, entre tantas outras mazelas, nossas retomadas carregam um importante papel na continuação do modo de vida tradicional, o qual não se pode perder. Razão pela qual a vida nas retomadas importa. A ação não pode ser mensurada em termos materiais, pois a ‘kaiowalização’ dos territórios significa um recomeço sob as diretrizes aprendidas com os naderus e as nhãndesys, com os ascendentes, e ainda com os mais velhos. Vidas não têm preço.

Durante nossa conversa, Kunhã Redyju (Claudilene) relata que os principais motivos de estar em retomada territorial se dá pelo fato de que, atualmente, na Reserva Indígena de Dourados não há mais espaço para plantar. As plantações que existem são as do homem branco (invasor) que usa maquinários, passam venenos nos terrenos e nem rezam solicitando fartura, por exemplo, fato que ofende a mãe terra.

A Terra não abençoada pela encomenda da nhãndesy produz alimento prejudicial à saúde. Como o tekoha é sagrado, a partir das rezas que se faz para adentrar o território antes de construir casas para morar, pede-se a bênção a todos os jaras. Assim, quando se for plantar alimentos tradicionais como feijão, abóbora, milho, mandioca, entre outros produtos que compõem a dieta tradicional, eles crescem saudáveis, pois a terra foi nutrita, gerando alimentos abençoados, alimentos que por certo não trarão doenças. Hoje em dia, as crianças estão de olho na comida do homem branco e isso não é bom. Segundo Kunhã Redyju (Claudilene) nos ensina, é preciso ensinar

---

<sup>21</sup> A perspectiva indígena refere-se ao corpo-território como aquele que não desvincula a terra do corpo humano, uma vez que viemos da mãe terra, natureza. Portanto, cada corpo físico é uma parte do território ancestral. Se a terra é violada e sofre, o corpo físico consequentemente é violado e sofre, e vice-versa.

como preparar os remédios tradicionais e aplicar os conhecimentos indígenas relativos ao tratamento da saúde e da doença. As pessoas pensam que quando plantam elas vão colher para o bem, como forma de manter a saúde. Isso é verdade. Quando se planta, também estamos nutrindo a terra e ela nos recompensa gerando bons frutos. Para continuar exercendo os cuidados tradicionais, devemos manter as ‘plantas de quintal’. Mas como mantê-las ‘sem quintal’, sem espaço para cultivá-las?

De diversas maneiras podemos explicar a importância do corpo territorial para continuação do nosso modo de vida.

Kunhã Redyju (Claudilene) relata que dos oito filhos que teve, quando eram crianças, jamais foram cuidados pelos métodos ‘dos brancos’, pois como os pais dela repassaram os conhecimentos, ela sabia exatamente o que precisava fazer para cada tipo de doença ou enfermidade que seus filhos apresentavam. Hoje, eles são pessoas saudáveis e raramente ficam doentes, uma vez que foram criados com remédio do mato e a benção dos jara.

É importante saber a respeito da saúde indígena. De acordo com a nossa interlocutora, para cuidar de crianças, mulheres em puerpério, homens e idosos se requer conhecimento adequado para tal cuidado. Antigamente, não existia a tecnologia de hoje, mas os povos indígenas detêm os conhecimentos de remédios para todos os tipos de doença, seja para prevenir, seja para tratar muito antes da invasão dos brancos.

A busca por uma terra onde não há mais maldade é ameaçada quando os brancos adentram os espaços indígenas. A retomada Yvy Wera fica muito próxima a uma das rodovias que contornam Dourados (MS). Do outro lado estão os condomínios de luxo, e esse fator influencia negativamente a vivência na comunidade, pois cotidianamente há grande fluxo de caminhões que deixam alimentos nos armazéns próximos, aumentando a desigualdade entre a aldeia e o mundo urbano.

## DESAFIOS ENFRENTADOS NA RETOMADA

Durante a conversa, Kunhã Rendyju (Claudilene) se mostra preocupada tanto com a aldeia quanto em relação a retomada, ambas estão muito

próximas da cidade, pois para crianças e jovens, o exemplo do mundo urbano traz efeitos sociais pouco desejáveis. A convivência não se apresenta saudável do ponto de vista indígena.

Uma das principais lutas de vida que nossa protagonista considera importante é a preparação de crianças e jovens nos moldes da tradição, pois eles assumirão e continuarão a luta pelo território em um futuro próximo e precisam ser firmes na defesa de seu povo. Diz ela:

nosso povo sofre muito. Nós, Guarani/Kaiowá, nascemos junto com a terra, cuidamos dela, temos amor por ela, ela é nossa mãe e é nossa casa. O branco insiste tanto em tirar de nós. Eu não tenho muito estudo, mas eu sei que eu tenho meus direitos de viver aqui. Nesse território, já derramaram muito sangue para proteger. Há poucos dias meu irmão foi atropelado na rodovia, e quem vai ser culpado por isso? Ele perdeu a vida. A única coisa que podemos fazer é rezar para ele encontrar o caminho de descanso. Os não indígenas falam que a terra é deles, mas não é. Estamos aqui antes deles chegarem. Eles não têm e não sabem ter compaixão pela terra. Se eu tivesse estudado, eu ia levar documento para as autoridades até que eles demarcassem o nosso território e promedessem segurança: não faltar água. Eu não tive oportunidade, então eu incentivei meus filhos a continuarem essa luta (Entrevista concedida em 8 de agosto de 2024).

Na retomada não há escola. Nossos filhos precisam ir estudar e trabalhar na cidade, e Kunhã Redyju (Claudilene) não quer que pensem ou digam a eles que não ‘são ninguém’. Nesse sentido, para melhor exemplificar o que ela quer dizer com isso, recorro a Almires Machado, do povo Guarani, que explica:

historicamente nós, enquanto indígenas, sofremos de um mal pensado e praticado, é a invisibilidade, seguida de perto pelo silenciamento, apagamento, negação e exclusão na construção da sociedade brasileira, estereotipados como vagabundos, indolentes, indômitos, selvagens, preguiçosos, alcoólatras, ladrões, entraves para o progresso, juridicamente incapazes, sem história, sem cultura, povos do passado, primitivos, o outro sem valor. (Machado, 2019, p. 77)

Hoje, entendendo a importância de estudar, Kunhã Redyju (Claudilene) diz querer que seus filhos saibam os conhecimentos ocidentais e, principalmente, dar conta dos conhecimentos tradicionais para alcançar e produzir uma conexão entre eles, como ensina Gersem Luciano, pessoa de pertença Baniwa, educação é uma possibilidade de manejo e domesticação do mundo, lutamos sempre entre a escola ideal, pensada pelo coletivo e a escola real, obtida após muita luta (Luciano, 2011). Esse foi um dos motivos pelos quais ela e o marido escolherem estar na retomada, pois eles conseguem no dia a dia praticar a cultura e não deixá-la de lado, mesmo quando se precisa viver entre os brancos invasores.

Kunhã Redyju (Claudilene) se mostra apreensiva, pois sempre há fazendeiros, ou pessoas que trabalham para os ditos fazendeiros, ameaçando o povo indígena que está nas retomadas. Às vezes de lá (refere-se às fazendas/sítios que estão próximos da aldeia), eles atiram por cima da retomada. Ela diz ter muito medo de que seus filhos não voltem quando saem de casa, quer seja para trabalhar, estudar ou até mesmo passear, porque há muita maldade no coração do homem branco. Entretanto, não há escolha para as pessoas indígenas. Hoje não é possível viver apenas com os recursos encontrados na aldeia, é preciso vender sua força de trabalho para se receber o salário e comprar o que não se pode produzir na aldeia.

Houve um período em que as casas de reza do nosso povo eram queimadas com muita frequência. Infelizmente, o fato resultou que inúmeras famílias fossem extermínadas de forma carbonizada em alguns desses ataques, pois não tiveram tempo de fugir, uma vez que os criminosos atacavam durante a noite, enquanto as pessoas dormiam. Com medo do fato acontecer com sua família, foram obrigadas a construir casas de alvenaria. Hoje se utiliza da oga pysy por ocasião de festividades. Elas são parte do nosso patrimônio, são importantes na região de Dourados/MS. Na verdade, existem poucas casas tradicionais Guarani/Kaiowá que escaparam dos incêndios premeditados. Além do que, nos dias atuais, está difícil a sua construção devido à escassez dos materiais utilizados, principalmente o sapé. A importância de se construir uma casa tradicional mostra-se ao entender a conexão com a busca da terra sem males, uma vez que ao se construir uma casa de reza, a porta deve ser direcionada a leste,

onde o sol nasce. Então, pela manhã, quando a luz do sol penetrar dentro da casa, receberá a benção da visita de nhãnderuvusu<sup>22</sup> que se expandirá por todo o tekoha (Benites, 2021).

Kunhã Redyju (Claudilene) conta que muitos perguntam por que mudaram para a retomada, pois consideram a aldeia melhor, e ela explica que ao olhar para a casa de reza ou para a plantação na retomada, mesmo que pequena, sente alívio e alegria em poder estar exercendo tudo o que aprendeu com seus pais durante toda a vida.

## PARA FINALIZAR

Deixo, a seguir, a imagem capturada por mim na Oga pysy na Retomada Yvy Werá, ao entardecer, onde o céu estrelado, juntamente com a lua, mistura-se com os resquícios de um lindo pôr do sol. Observem a luz incindindo sobre a oga pysy, e o que resulta é o brilho do território.

De fato, o ambiente da aldeia ou retomada é inexplicável. Percebi isso de forma nítida ao morar na cidade, mesmo que temporariamente, quando no mestrado em Direito, no período em que precisei fazer as matérias presenciais, morei no contexto urbano, em Belém-Pará.

Estive pensando muito sobre várias maneiras e pessoas que poderia apresentar neste relato. Decidi por Kunhã Redyju (Claudilene), pois conheço-a desde criança, estudei com um dos filhos dela. Na época, eles ainda moravam na Aldeia Jaguapiru, então estudávamos na cidade, íamos juntos para escola, éramos da mesma turma e os únicos indígenas na sala. Mais adiante, em um dos Aty Guasu (assembleias), tive a oportunidade de conversar com ela por um bom tempo. Nhãndesy são mulheres a quem temos máximo respeito, pois elas são amigas, mães, avós, parteiras, médicas, professoras, e Kunhã Redyju (Claudilene) é uma dessas autoridades. Ao saber que ela, o marido e os filhos mudaram-se para a retomada, e enfrentaram todo o processo árduo de estar neste contexto, passei

---

<sup>22</sup> Divindade suprema entre nós que se localiza a leste do território indígena.



Entardecer na Oga pysy.

a ter mais admiração pela respeitável nhādesy. Lembro-me de ver um dos filhos mais novos de Kunhā Redyju (Claudilene) entoando, como líder, um dos cantos em uma assembleia da juventude Guarani/Kaiowá. Assim pude entender o que Luciano, do povo Baniwa, quis dizer com resiliência indígena como sendo “[a] capacidade do corpo físico voltar ao seu estado normal depois de haver sofrido uma pressão sobre ser ou ainda o grau de elasticidade que este suporta sem se deformar” (Luciano, 2011, p. 268).

A família passou por imensas dificuldades, mas se mostram resilientes diante da violência sofrida. Como ela mesma disse, “se um dia eu não estiver mais aqui para proteger o tekoha, meus filhos estarão”.

Sendo assim, vejo a importância de apresentar a nós e aos não indígenas o papel de líderes religiosos tradicionais, especialmente das nhādesy, expressão da proteção que a todos respalda. O significado da proteção se inscreve na tradução literal que informa serem elas ‘nossas mães’.

É preciso conhecer as raízes daqueles que nos mantêm e se encontram na base de nossa formação. Assim sendo, afirmo que ouvir os povos originários é importante para respeitar a diversidade e nos consolidar como um Brasil plural.

## REFERÊNCIAS

- BENITES, Eliel. *A Busca do Teko Araguyje (jeito sagrado de ser) nas retomadas territoriais Guarani e Kaiowá*. Tese (doutorado em Geografia) — Faculdade de Ciências Humanas, da Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados-MS, 2021.
- BRASIL. *Relatório situacional do distrito sanitário especial de saúde indígena Mato Grosso do Sul*. GOV.BR/Saude, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/acesso-a-informacao/participacao-social/chamamentos-publicos/2023/chamamento-publico-sesai-ms-no-01-2023/anexo-xxxvii-relatorio-situacional-dsei-mato-grosso-do-sul.pdf>. Acesso em: 12.mai.2025.
- Corpos silenciados, vozes presentes: a violência no olhar das mulheres Kaiowa e Guarani*. Kuñangue. Dourados, MS. 22 a 26 de Novembro de 2022. Disponivel em: [https://o1c45c19-f10c-4c88-a4b9-7b1e649dfa97.filesusr.com/ugd/c27371\\_267dc732436547fb07fcab3c39c09de.pdf](https://o1c45c19-f10c-4c88-a4b9-7b1e649dfa97.filesusr.com/ugd/c27371_267dc732436547fb07fcab3c39c09de.pdf). Acesso em: 12.mai.2025.
- KUNHÃ REDYJU (GOMES, Claudilene). Entrevista a Amirele Porto Machado. Retomada Yvy Wera, Dourados — Mato Grosso do Sul. Em 8 de agosto de 2024.
- MACHADO, Almires Martins. *De Direito Indigenista a Direitos Indígenas: Desdobramento da Arte do Enfrentamento*. Dissertação (Mestrado em Direito) junto a Universidade Federal do Pará. Belém-PA, 2009.
- MACHADO, Almires Martins. “Terena, Guarani, Kaiowá e Guateka: Convivência entre Nós e os Outros”. In: MOTA, Juliana Grasiéli Bueno; CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira (Orgs.). *Reserva Indígena de Dourados: Histórias e Desafios Contemporâneos*. São Leopoldo: Karywa, 2019.
- LUCIANO, Gersem dos Santos (Baniwa). *Educação para manejo e domesticação do mundo entre a escola ideal e a escola Real*. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Junto a Universidade de Brasília. Brasilia-DF, 2011.

*Relatório final da Assembleia da Kuñangue Aty Guasu 2023-2024. Kuñangue.*

Dourados, MS. 12 de janeiro de 2024. Disponível em: [https://www.kunangue.com/\\_files/ugd/c27371\\_oef8ba5bfb1147coa2c93a79od8ba72.pdf](https://www.kunangue.com/_files/ugd/c27371_oef8ba5bfb1147coa2c93a79od8ba72.pdf). Acesso em: 12.mai.2025.

# BITOR, ERA COMO A CHAMAVAM MARIA RAIMUNDA

Pricila Aroucha Pinheiro

BITOR



Bitor.

## ELA ERA MINHA AVÓ

A presente narrativa traz aos olhos dos leitores a trajetória de uma mulher negra, de cabelos brancos e de baixa estatura. Mas antes de tudo, é importante dizer que a escrita a respeito dela foi realizada muitas vezes em primeira pessoa, isto é, os pronomes ‘eu’ e ‘nós’ foram utilizados porque a autora que vos escreve é neta da protagonista da história.

Além disso, Borges (2023) nos ensina a respeito da importância de demarcar o nosso local de fala. Por isso e em razão do meu vínculo com a protagonista, demarco o meu local de fala aparentando-me. No decorrer do texto, ela será tratada como sempre foi em vida, ou seja, Bitor. Eu sou uma mulher negra, quilombola pertencente do quilombo Os Paulos, localizado no município de Matinha, baixada maranhense, no estado do Maranhão. Sou filha de Eliete Aroucha Pinheiro e de João Damacena dos Santos Pinheiro. Meus avós paternos tinham por nome Maria Raimunda Pinheiro, mais conhecida como Bitor, e Raimundo Pinheiro, conhecido como Raimundo de Vita (Vita era o nome da mãe dele, consequentemente, minha bisavó). Meus avós maternos são Júlio Paiva Arouche e Pedrolina Farias.

Escrevo esta narrativa acompanhada da saudade e com os olhos cheios de lágrimas, mas com todo cuidado, para fins de expressar nessas poucas linhas, um pouco da mulher aguerrida e líder que foi a minha avó Bitor.

A trajetória de Bitor é aqui narrada desde a infância até a sua ‘passagem’, quando ancestraliza. Narrativa construída a partir de entrevistas que

realizei com filhos, filhas e a irmã de minha avó, às quais agreguei as memórias que, como neta, consigo lembrar com carinho e respeito.

Organizo a narrativa considerando “Os passos da trajetória de vida de Bitor”, que dizem respeito a sua infância com os pais até o momento que constitui a sua família com o marido aos 13 anos de idade. Sigo apresentando a “Bitor aguerrida”, destacando a sua atuação dentro da comunidade quilombola em favor do coletivo. Na sequência, em “Saber Ancestral: o uso de ervas que curam”, discorro ainda sobre os saberes e os conhecimentos que Bitor detinha e partilhava com a comunidade, especialmente os remédios caseiros. E por fim, descrevo acerca da “Educação escolar na comunidade quilombola Os Paulos: a persistência para aprender a escrever o nome”, quando dou ênfase ao esforço da protagonista para aprender a escrever o próprio nome. A relevância da narrativa consiste em deixar registrada a história, a luta e o legado da liderança Bitor. Sendo, portanto, uma forma de homenageá-la, ainda que um pouco tarde, procurando demonstrar a relevância de escrever sobre os nossos ancestrais. Minha expectativa é que o meu relato produza outras memórias sobre as pessoas importantes da comunidade e de outros coletivos quilombolas.

## OS PASSOS DA TRAJETÓRIA DE VIDA DE BITOR

*“Estarei vivo, mesmo enterrado.”*

NÊGO BISPO<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Antônio Bispo dos Santos, conhecido como Nêgo Bispo, foi um filósofo, poeta, escritor, professor, líder quilombola e ativista brasileiro com grande destaque no movimento social quilombola e nas lutas pela terra. Proveniente de uma formação rica em saberes de mestres e mestras de ofícios, Bispo era pertencente do Quilombo Saco-Curtume, localizado em São João do Piauí, no semiárido piauiense. Ele ancestralizou no dia 3 de dezembro de 2023. A famosa frase “Estarei vivo, mesmo enterrado”, que aprendeu com o Mestre Tio Norberto (tio de Bispo), foi repetida e transmitida por Bispo ao longo de sua vida, deixado registrada ainda, na mesa “Confluência e escritivências, muito além da rima”, que foi transmitida ao vivo no dia 15 de outubro de 2023 e disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=K2bG76vfwbQ>.

Maria Raimunda Pinheiro era seu nome de batismo, mas conhecida por todos, dentro e fora da comunidade, como Bitor. Nascida em 15 de dezembro de 1936 na Comunidade Quilombola Alto de Pedra<sup>2</sup>, filha de Maria dos Santos e Frugêncio Cantanhede Pinheiro. Bitor era a segunda filha do casal entre 12 irmãos, sendo nove meninas e três meninos. Cedo, ainda menina, começou a lida na roça e em casa para auxiliar a mãe, como contou Marinalva Silva, sua irmã, em depoimento.

Em 1949, quando tinha 13 anos idade, seguindo a tradição, Bitor fugiu para a Comunidade Quilombola Os Paulos para se casar com Raimundo Pinheiro, mais conhecido como Raimundo de Vita, e assim formou sua própria família. Ela e o companheiro tiveram 14 filhos, cinco meninas e nove meninos, pois perdeu uma das crianças antes do nascimento. Segundo depoimento de seus filhos, Valdo e João, quatro dos irmãos morreram ainda criança. Uma das crianças, um menino, morreu depois de contrair sarampo. Dessa forma, o casal criou 11 de seus filhos.

Bitor em conversas referia que não foi nada fácil criar 11 filhos. Os alimentava com os frutos gerados pelas plantações da roça. A rotina do casal iniciava às 4h da manhã, quando alcançavam a roça. Além disso, Bitor quebrava coco babaçu para ajudar no sustento da família. Aquela época ela era ‘quebradeira de coco babaçu’ percorrendo os babaçuais nos campos livres da Baixada Maranhense. O marido e ela também pescavam nos rios e igarapés da comunidade para completar a dieta.

De acordo com Maria Merice (2024), filha de 58 anos do casal, os filhos maiores acompanhavam os pais na roça, ficando o cuidando dos irmãos menores com as filhas. Todos trabalhavam desde cedo e ajudavam os pais.

---

<sup>2</sup> Alto de Pedra é uma comunidade quilombola vizinha de Os Paulos. Bitor morou em sua comunidade de origem até os 13 anos, quando se casou e veio morar em Os Paulos.

A casa da família era simples e feita de taipa, feita pelos próprios moradores. Na coberta usavam pindoba<sup>3</sup> e a porta era feita de mensaba.<sup>4</sup> O filho João Damasceno, de 55 anos, relata que a casa possuía apenas um quarto, onde dormia o casal. Os filhos dormiam em redes que eram armadas na sala e na cozinha, e também usavam o paiol. Eles eram muitos e a casa acanhada para abrigá-los.

Com os filhos criados, alguns até casados, Bitor e o marido tiveram a primeira e única casa de alvenaria. Essa casa foi um presente do filho João Damaceno, que a comprou por 110 gramas de ouro do irmão mais velho, Valdo Pinheiro, que estava à época separado da esposa.

Na referida casa, Bitor morou com Raimundo até o último dia de vida do companheiro, que faleceu em 31 de março de 2015 de causas naturais. Após a ‘passagem’ do marido, Bitor pouco ficava em casa. Passou a ir com mais frequência para São Bento<sup>5</sup>, para a casa do filho Eusébio Pantaleão dos Santos, que construiu uma casa de dois cômodos nos fundos de sua residência para Bitor morar.

Raimundo e Bitor não tiveram oportunidade de estudar. Não sabiam ler e nem escrever. Os filhos também não conseguiram frequentar a escola. Poucos aprenderam a ler e sequer assinar o nome.

---

<sup>3</sup> De acordo com Moura (2002) *apud* Garcez *et al.* (2014), a pindoba, também conhecida como pindova, é a palmeira jovem do babaçu, com até dois anos de rebrota. Ela possui um crescimento extremamente rápido e se destaca pela resistência ao fogo e ao raleamento drástico. Essa resistência se deve ao seu sistema radicular profundo e dominante, permitindo uma ampla ocupação do solo. Ver passo a passo em: <https://www.youtube.com/watch?v=72iNEdhLqUk&t=203s>.

<sup>4</sup> “Esteira trançada com palha de babaçu, é um item tradicional de múltiplos usos. Antigamente, era amplamente utilizada como porta em residências simples, enquanto sua versão menor, chamada meia mensaba, servia como janela. Atualmente, continua sendo empregada para descanso, proteção de canoas contra o sol, cobertura de frutas em mastros de festas religiosas, apoio no corte de carne em celebrações, composição de canteiros e jirais das casas, além de secagem de camarão, peixe, arroz e outros alimentos. Também é utilizado em currais de pesca, tapagens e como ramada ou latada, fornecendo sombra em eventos festivos. Produzido em todas as regiões do Maranhão, recebe diferentes denominações, como meensaba, meiosaba, mansaba ou, simplesmente esteira” (Gonçalves; Porta, s/d).

<sup>5</sup> São Bento é um município do estado do Maranhão. A distância entre São Bento e Matinha é de aproximadamente 69 km, e 120 km da Capital São Luís.



Casa de Bitor.

Bitor era conhecida em todas as comunidades quilombolas da vizinhança. Ela não contava a distância para ir a qualquer lugar, apenas com um dos netos e um pedaço de pau que a auxiliava nas caminhadas. Em muitas dessas visitas a amigos e parentes, eu tive a honra de acompanhá-la. Eram muitas andanças pelos quilombos da região. Ela era uma pessoa alegre e benquista, muito carinhosa. Além desses predicados, sua marca, lembrada ainda hoje, é a luta empreendida para manter a comunidade unida e organizada. Bitor jamais esmoreceu.

Em maio de 2020, Bitor sofreu um Acidente Vascular Cerebral (AVC), o qual paralisou o lado direito do seu corpo, e ela tão sajica, infelizmente passou a precisar de cuidados especiais.

Penso que isso foi demais para ela, visto que era detentora de uma disposição incomensurável. Para Bitor não tinha tempo ruim, ela era sempre muito ativa, cheia de vida. Em outra palavra, independente. Com a doença, se viu dependente de tudo e de todos, e isso a feria muito. No último ano de vida, aos cuidados do filho Eusébio Pantaleão e pela nora Maria de Jesus, e fora de Os Paulos, Bitor deve ter sido acometida pela saudade, provocada pela ausência de filhos e netos, mas principalmente pela perda de sua autonomia e independência.

Em 6 de novembro de 2023, por volta das 1h da manhã, Bitor ancestralizou aos 86 anos de idade, deixando onze filhos, inúmeros netos e bisnetos, e um grande legado de luta. Aos que a amavam, restou a saudade que machuca e ao mesmo tempo conforta por entender a importância de Bitor para a vivência nos coletivos quilombolas.

## **BITOR AGUERRIDA: ATUAÇÃO DENTRO DA COMUNIDADE QUILOMBOLA**

A Comunidade Quilombola Os Paulos fica localizada no município de Matinha, localizado na baixada maranhense, a 239,7km via BR-135 e MA-014 da capital São Luís. A referida comunidade possui hoje cerca de 77 famílias.

A pessoa mais velha da Comunidade, o Sr. Arcangelo Pinheiro, hoje com 109 anos, é cunhado de Bitor. Anos atrás, ele contava que o nome Os

Paulos se deu em homenagem a Paulo, uma vez que este era um escravizado na fazenda Bom Fim, e ao fugir, fundou o quilombo. Arcangelo pertence à quarta geração de Paulo.

Como dito anteriormente, Bitor nasceu na comunidade quilombola Alto de Pedra, mas mudou-se com 13 anos para a comunidade Os Paulos ao se casar com Raimundo Pinheiro.<sup>6</sup>

À época em que Bitor morava na comunidade, havia um número menor de famílias. Muitas das novas famílias são pessoas que conviveram com ela ainda quando crianças e/ou jovens.

Bitor procurava manter a comunidade unida. Estava à frente da Igreja, ajudava nos festejos, dentre as múltiplas ações que desenvolvia. Sua casa ficava ao lado do clube da comunidade. Desse modo, a comida e o suporte das atividades eram concretizadas em sua residência. As reuniões da comunidade também eram realizadas na casa de Bitor.

Vale ressaltar que tanto Bitor como Raimundo eram devotos de Santa Maria e São José. Os dois fundaram a primeira Igreja Católica da comunidade, que tinha como padroeiro, São José. A missa era rezada uma vez por ano e aos domingos eram realizadas celebrações. O almoço do padre que vinha para os rituais era feito por Bitor.

Como Bitor não sabia ler e nem escrever, as celebrações aos domingos ficavam a cargo de Maria Celma<sup>7</sup>, Eliete Aroucha<sup>8</sup>, Ana Lúcia<sup>9</sup> e Francisca dos Santos<sup>10</sup>. Na ausência dos mais próximos, os demais membros da comunidade realizavam os ofícios, contando sempre com o incentivo de Bitor. A igreja era pequena e feita de taipa pelos moradores.

---

<sup>6</sup> Raimundo Pinheiro também pertence à quarta geração de Paulo, o escravizado que fugiu da Fazenda Bom Fim e formou o quilombo, que hoje recebe o nome Os Paulos em homenagem ao seu fundador.

<sup>7</sup> Ex-esposa do cunhado de Bitor, o Sr. Cosmo Damião, irmão de Raimundo de Vita.

<sup>8</sup> Sua nora, esposa do filho João Damaceno, e meus pais.

<sup>9</sup> Esposa do sobrinho do marido de Bitor, o Sr. José Pinheiro, filho de Arcangelo Pinheiro.

<sup>10</sup> Pessoa quilombola pertencente à comunidade Os Paulos.

De acordo com Vilma dos Paulos (2024)<sup>11</sup>, Bitor foi uma mulher extremamente comprometida com todas as pessoas na comunidade, e sempre pensou no coletivo quilombola. Sendo um exemplo de mulher de fé, coragem e dedicação. O seu legado é lembrado pelo exemplo de mulher, mãe e liderança dentro da comunidade.

Sua atuação e luta para manter tudo em ordem, e principalmente para que a comunidade fosse participativa, é indescritível. Seus feitos jamais serão esquecidos.

## SABER ANCESTRAL: O USO DE ERVAS QUE CURAM

Na comunidade Quilombola Os Paulos não há posto de saúde. Os casos mais graves são levados para a sede do município de Matinha. À época, os transportes eram precários, portanto, os enfermos eram levados na rede até o hospital.

Muitas enfermidades eram tratadas com o uso de ervas curativas. Na comunidade tinha uma senhora chamada Madalena que era benzedeira, que morava ao lado da casa de Bitor, e que inclusive fez o parto de muitas das mulheres da comunidade com auxílio de Estácia. Inclusive, elas realizaram o parto da Eliete Aroucha, minha mãe, quando eu nasci. As três acudiam e cuidavam das pessoas adoecidas.

Vale lembrar que, dos quatorze filhos que Bitor teve, um morreu, ainda criança, vítima de sarampo<sup>12</sup>. O acesso ao hospital era difícil e as condições de deslocamento escassas. Portanto, os tratamentos realizados pelas mulheres conchedoras da arte de curar em Os Paulos eram essenciais, dadas as condições precárias existentes no lugar.

---

<sup>11</sup> Pessoa quilombola nascida e criada na comunidade Os Paulos, foi professora na comunidade por muitos anos.

<sup>12</sup> Doença infecciosa grave, causada por um vírus e que pode levar à morte. Sua transmissão ocorre quando a doente tosse, fala, espirra ou respira próximo de outras pessoas. A maneira mais efetiva de evitar o sarampo é por meio da vacinação (Brasil, s/d).

Com o passar dos anos, as políticas públicas, ainda que lentamente, chegaram à comunidade. Com a implementação das políticas, vieram as consultas médicas. Na sequência, os agentes de saúde foram chegando e, por ocasião das consultas, avisaram os usuários dos serviços de casa em casa. No dia da consulta, os comunitários acorriam à Igreja e/ou à escola, locais onde podem ser atendidos.

Lembro que Bitor tinha sempre uma garrafa com plantas curativas de infusão em álcool. Ela dizia que fazia bem se passássemos na região em que estávamos sentindo dor. Sem falar nos banhos que ela mesma preparava para diversos tipos de tratamento.

As comunidades tradicionais e quilombolas possuem um saber diferenciado no que diz respeito e ao uso de plantas que curam diferentes doenças. Porém, com o passar dos anos, algumas comunidades quilombolas vem sofrendo ameaças constantes devido “à influência direta da medicina ocidental moderna e pelo desinteresse dos jovens da comunidade, interrompendo assim o processo de transmissão do saber entre as gerações”, como ensinam Franco e Barros (2006, p. 79). Hoje, na comunidade, temos uma única benzedeira, afilhada de Bitor, cujo nome é Maria de Fátima Costa Ferreira, mas conhecida como Rinuita, que por certo aprendeu o ofício com a madrinha.

Muitos jovens saíram da comunidade para trabalhar e estudar, e a maioria volta somente para passear e ver a família, tendo em vista que as oportunidades de emprego são limitadas. O fato interrompe a dinâmica dos conhecimentos tradicionais, apesar das lembranças que mantemos dos tempos de Bitor.

## **EDUCAÇÃO ESCOLAR NA COMUNIDADE QUILOMBOLA OS PAULOS: A PERSISTÊNCIA PARA APRENDER A ESCREVER O NOME**

Até 1994, não havia escola na comunidade. As aulas eram ministradas na Igreja e no barracão. Os estudos eram conduzidos, à época, pelas professoras Eliete Aroucha Pinheiro, nora de Bitor, Maria Antônia Câmara

Pinheiro<sup>13</sup>, Ana Lúcia Aroucha Pinheiro e Maria Zilene Serra. Esta última dava aulas à noite para os adultos. Somente nos anos 2000 foi construída pela Prefeitura Municipal a primeira creche na comunidade quilombola Os Paulos, nomeada como Los Bambinos.

Como mencionado linhas atrás, Bitor não sabia ler nem escrever. No entanto, tinha enorme vontade de aprender a fazer o seu nome. Então, quando chegou o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) para a comunidade, ela aproveitou a oportunidade e fez sua matrícula.

Foi nesse prédio que um dia foi a creche que Bitor estudou e aprendeu a escrever o seu nome, mesmo com uma certa idade. Sua determinação nos mostra que o tempo não é nosso inimigo e que podemos fazer tudo, independentemente da idade que possuímos.

As aulas eram no turno da noite e a professora era Vilma dos Santos Pinheiro, mas conhecida por Vilma dos Paulos, filha nascida e criada na comunidade. Com grande esforço e sem faltar às aulas, Bitor conseguiu aprender a fazer o seu nome.

Veja-se o trecho do depoimento da Professora Vilma dos Paulos (2024) a respeito de Bitor como aluna:

seu esforço era indescritível. Tinha um esforço e dedicação gigantesca no que se refere a sua aprendizagem e conseguiu aprender fazer seu nome. Era ótima para interpretar e era sempre a primeira a chegar. Ela me incentivou muito em relação às didáticas a serem trabalhadas com ela e as demais [colegas] (Vilma dos Paulos, 2024).

Em muito fins de tarde, tive a oportunidade de ajudar Bitor, minha querida avó, a fazer as atividades da escola. Sua força de vontade em aprender é minha inspiração ainda hoje. Seu esforço é alento para que eu possa continuar na vida acadêmica. Que honra em poder dizer que eu tenho o sangue dessa mulher.

---

<sup>13</sup> Pessoa quilombola da comunidade Alto de Pedra e esposa de um sobrinho (Gabriel Pinheiro) do marido de Bitor.



Primeira escola da comunidade quilombola Os Paulos.



Foto atual da primeira escola da comunidade quilombola Os Paulos.

O fato dela ter aprendido a escrever o próprio nome mostra o quanto a educação é a base para transformação dos cidadãos. E programas como o PRONERA e bolsas de estudo tornam-se diferenciais na vida de muitas mulheres ao caminharem em busca do tão sonhado aprendizado, que por muitos e muitos anos nos foram negados.

Vale destacar que, ainda nessa questão da educação escolar quilombola, as comunidades têm enfrentado o problema relativo ao fechamento das escolas dentro da comunidade. A creche na foto da página ao lado, onde Bitor aprendeu a ler, e onde muitos da comunidade foram alfabetizados, inclusive eu, foi fechada anos atrás. Hoje, restam apenas as ruínas do que um dia foi uma creche/escola.

Antes de chegar ao estado em que se encontra, o prédio ainda funcionava como local para a realização de consultas médicas. Enquanto estava viva e bem de saúde, Bitor cuidava do prédio com o desvelo dos que cuidam da comunidade.

A comunidade recebeu outra escola, mas também foi fechada pela prefeitura sobre a justificativa do multisseriado e a falta de alunos. A falta de estudantes não confere, tendo em vista que o número de famílias cresceu e, consequentemente, o número de crianças multiplicou. Nossas famílias possuem muitos descendentes. As lideranças da comunidade reivindicaram a abertura de escola, mas sem sucesso até o momento.

O fechamento da escola vai em desencontro do artigo 28º, parágrafo único, da Lei Nº 9.394/1996, a qual estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, alterada pela Lei nº 12.960, de 2014, uma vez que a decisão final requer a manifestação da comunidade escolar, o que não ocorreu.

**ART. 28.** Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

I – Conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos das escolas do campo, com possibilidade de uso, dentre outras, da pedagogia da alternância;  
II – Organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

III – adequação à natureza do trabalho na zona rural.

Parágrafo único. O fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas será precedido de manifestação do órgão normativo do respectivo sistema de ensino, que considerará a justificativa apresentada pela Secretaria de Educação, a análise do diagnóstico do impacto da ação e *a manifestação da comunidade escolar* (Brasil, 1996; 2023, grifo meu).



Segunda escola da comunidade quilombola Os Paulos

Ainda hoje, mesmo contra a vontade da comunidade, a escola continua fechada. O prédio por sua vez, está se deteriorando com o tempo. Com o intuído de aproveitar a estrutura, o prédio da segunda escola (na foto acima) funciona como sede da comunidade, sendo utilizado para reuniões, consultas médicas e festividades relativas às datas comemorativas da comunidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao escrever esta narrativa, várias lembranças vieram à minha mente. O tempo pode até não ser nosso inimigo, como dito anteriormente, no entanto, tira muito de nós. A luta diária, o anseio para querer ser mais.

Isso inclui trabalhar, requer estudar fora e tantas outras questões que nos afasta e tira das pessoas que amamos.

Não é novidade que a vida nunca foi fácil para os trabalhadores rurais. De sol a sol, roçando, limpando, plantando, capinando, esperando para então colher o ‘de comer’. Imaginem todo esse processo por volta de 1940, no tempo da minha avó. Impossível vencê-las, mas mesmo na adversidade, ela lutou e foi exemplo.

Bitor, em 1940, com apenas 10 anos, trabalhava na roça com os pais para ajudar a alimentar os irmãos. Quatro anos depois, estava trabalhando com o marido para sustentar os filhos. Hoje, com todo avanço e novas oportunidades, ainda assim não é fácil criar filhos, que dirá sendo 11 crianças, como no caso da nossa líder maior. Ela e tantas outras pessoas conseguiram. Merecem todo nosso respeito e admiração.

Por outro lado, além da mulher aguerrida que nos ensina em meio a muitas dificuldades o quanto é importante estudar para continuar na luta. Estudar sempre, pois sem dúvidas, o estudo nos leva muito além do que imaginamos. Seguindo o exemplo dela, e fruto das políticas públicas, eu, Priscila Aroucha Pinheiro, neta de Bitor, consegui ingressar na universidade e me formar em Direito. Fiz residência jurídica e, hoje, sou Mestre em Direito pela Universidade Federal do Pará.

Sim, Bitor, mesmo sem saber ler, tem uma neta advogada, outra arquiteta e outra enfermeira. É como dizia Nego Bispo: “[e]starei vivo, mesmo enterrado”. <sup>14</sup> Assim é Bitor, que estará sempre viva em nossas lembranças, principalmente em nossos corações. Seus ensinamentos são marcas que jamais serão apagadas.

Bitor, presente!

---

<sup>14</sup> CF. A famosa frase “Estarei vivo, mesmo enterrado”, foi aprendida com Mestre Tio Norberto (tio de Bispo), foi infinitamente repetida por Bispo ao longo de sua vida, deixado-a, registrada ainda, na mesa “Confluência e escrivivências, muito além da rima”, transmitida ao vivo no dia 15 de outubro de 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=K2bG76vfbQ>.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Casa Civil, 1996. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm). Acesso em: 19.ago.2024.

BRASIL. *Lei nº 14.767, de 22 de dezembro de 2023*. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que “estabelece as diretrizes e bases da educação nacional”, para possibilitar o uso da pedagogia da alternância nas escolas do campo. Casa Civil, 2023. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2023-2026/2023/Lei/L14767.htm#art1](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Lei/L14767.htm#art1). Acesso em: 19.ago.2024.

BISPO, Nego. *Confluência e escrevivências, muito além da rima* (transmitida ao vivo no dia 15 de outubro de 2023) Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=K2bG76vfbQ>.

BORGES, Mônica Moraes. “Do Quilombo à academia: uma jornada de (Res) significação dos Espaços”. In: *Indígenas e quilombolas na UFPA: trajetória e memórias de luta por direitos*. Ied. Rio de Janeiro? RJ: Rio Books, 2023, v. 293, p. 135-147.

FLUP RJ. Mesa: Confluências e escrevivências, muito mais do que rimas. YouTube, 15 de outubro de 2023. 1h46min. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=K2bG76vfbQ>. Acesso em 15 de fev. de 2025.

FONSECA, João José Saraiva da. *Metodologia da pesquisa científica*. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FRANCO, E. A. P.; BARROS, R. F. M. “Uso e diversidade de plantas medicinais no Quilombo Olho D’água dos Pires, Esperantina, Piauí”. In: *Revista Brasileira de Plantas Medicinais*. Botucatu, v.8, n.3, p.78-88, 2006. Disponível em: [https://www1.ibb.unesp.br/Home/Departamentos/Botanica/RBPM-RevistaBrasileiradePlantasMedicinais/artigo12\\_v8\\_n3.pdf](https://www1.ibb.unesp.br/Home/Departamentos/Botanica/RBPM-RevistaBrasileiradePlantasMedicinais/artigo12_v8_n3.pdf).

GARCEZ, Bruno Spindola; ALVES, Arnaud Azevedo; FILHO, Miguel Arcanjo Moreira; LIMA, Natalia Alves. “Pindoba De Babaçu (Orbignya Sp. Mart) Na Alimentação De Ruminantes”. In: *Revista eletrônica Nutritime*. volume 11, nº 01, p. 3218- 3224 , janeiro/fevereiro 2014.

GONÇALVES, Jandir; PORTA, Paula. Termos e Medidas regionais. *Artesanato do Maranhão*. Disponível em: <https://artesanatodomaranhao.com.br/termos-e-medidas>. Acesso em 14 de fev. 2025.

PINHEIRO, Vilma D.S. (Vilma dos Santos Pinheiro e/ou Vilma Dos Paulos). Entrevista escrita realizada por Pricila Aroucha Pinheiro. Quilombo Os Paulos, Matinha, Maranhão, 19 de agosto de 2024. 1h.

PINHEIRO, João D. D. S. (João Damacena dos Santos Pinheiro) filho de Bitor. Entrevista virtual realizada por Pricila Aroucha Pinheiro. Quilombo Os Paulos, Matinha, Maranhão, 18 e 19 de agosto de 2024. 3h e 10 min.

PINHEIRO, Eliete A. (Eliete Aroucha Pinheiro). Entrevista presencial realizada por Pricila Aroucha Pinheiro. São José de Ribamar, Maranhão, 18 de agosto de 2024. 3h.

PINHEIRO, Valdo (Valdo Pinheiro), filho de Bitor. Entrevista virtual realizada por Pricila Aroucha Pinheiro. Quilombo Os Paulos, Matinha, Maranhão, 18 de agosto de 2024. 1h e 30min.

PINHEIRO, Maria M. (Maria Merice Pinheiro), filha de Bitor. Entrevista virtual realizada por Pricila Aroucha Pinheiro. Quilombo Os Paulos, Matinha, Maranhão, 19 de agosto de 2024. 1h e 40min.

SILVA, Marinalva D. S. S (Marinalva dos Santos Silva), irmã caçula de Bitor. Entrevista virtual realizada por Pricila Aroucha Pinheiro. Penalva, Maranhão, 17 de agosto de 2024. 2h e 10 min.



# KÁTIA TÔNKYRE: “TU FOGES, PARA CONTAR A HISTÓRIA DO PVO”

José Ubiratan Sompré



## PRIMEIROS PASSOS DA CAMINHADA: À GUIA DE INTRODUÇÃO

*“Não é que eu vim para cá porque quis,  
foi a Eletronorte que expulsou nós, disseram que,  
se não desocupar, o trator mata vocês.”*

HÕPRYRE RÔNORÉ JOPIKTI PAYARÉ<sup>1</sup>

A declaração do cacique Hôpryre Ronoré Jopikti Payaré<sup>2</sup>, Payaré, como era conhecido, ilustra o contexto adverso que o povo Gavião Akrâtikatêjê<sup>3</sup>

---

<sup>1</sup> Depoimento oferecido em junho de 2013 à Rosa Acevedo-Marin e Jurandir Santos de Novais.

<sup>2</sup> Payaré faleceu em abril de 2014, deixando um legado de luta e resistência em defesa de seu povo. Após seu falecimento, a liderança dos Akrâtikatêjê foi assumida por sua filha, Tônykre Akrâtikatêjê (Kátia Silene Valdenilson). O trabalho do grande líder incansável, desde 1975, incluiu a luta pela recuperação das terras de seu povo, expropriadas pela construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, culminando em uma decisão judicial favorável em março de 2011, que determinou à Eletronorte a aquisição de uma nova terra como compensação pela expropriação sofrida pelo povo Akrâtikatêjê. Payaré também criou a aldeia Akrâtikatêjê em 2008 na Reserva Indígena Mãe Maria, representando a busca contínua por autonomia e afirmação da identidade cultural do povo Akrâtikatêjê. (Acevedo-Marin; Novaes, 2018).

<sup>3</sup> Os povos Gavião, Kyikatêjê, Parkatêjê e Akrâtikatêjê, segundo DaMatta no livro *Índios e Castanheiros* (1967). O deslocamento dos grupos Gavião e seu posicionamento em relação ao rio Tocantins determinaram a nominação dos três povos: os Kyikatêjê, chamados de povo do rio acima (Kyi — cabeça, Katê — dono, Jê — povo), os Parkatêjê, povo do rio abaixo (Par — pé, Katê — dono, Jê — povo), e os Akrâtikatêjê, povo da montanha (Akrâti — montanha,

enfrentou com a construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí (UHT). O deslocamento forçado e as ameaças que a comunidade sofreu ocasionaram impactos e consequências sociais significativas na trajetória de sua filha, Kátia Tônkyre<sup>4</sup> (nome civil Kátia Silene Valdenilson). O contexto histórico é importante para compreender como Kátia Tônkyre, seguindo os passos do pai, não só continuou a luta pela terra e pelos direitos da comunidade, mas também se empenhou na busca por reparação dos danos e impactos causados aos Akrātikatêjê. A determinação em defender e reivindicar justiça para o seu povo reflete a continuidade e a intensidade da luta iniciada por seu pai.

Os Akrātikatêjê, povo indígena do grupo Timbira, pertencente à família Jê. Historicamente, ocupavam a área onde hoje está instalada a Usina Hidrelétrica de Tucuruí (UHT) e a região entre Tucuruí, na cabeceira do rio Mojú até o rio Capim (Arnaud, 1964). Os Akrātikatêjê enfrentam desafios históricos em relação à garantia dos direitos territoriais frente às remoções compulsórias, violências físicas e invasões orquestradas por empreendimentos econômicos pelo Estado brasileiro e por empresas privadas.

Na década de 1960, missionários americanos da Missão Novas Tribos e Dominicanos iniciaram um trabalho de evangelização dos Akrātikatêjê, introduzindo a religião cristã, a língua portuguesa e as práticas culturais ocidentais, impactando profundamente a vida e as tradições dos

---

Katê — dono, Jê — povo). Pertencem ao grupo Timbira do tronco linguístico Macro-Jê. Historicamente, habitavam a área entre os estados do Pará e Maranhão, ao longo da margem direita do rio Tocantins até Tucuruí (Arnaud, 1964). Conhecido como 'Gavião do Oeste', seu território se estendia por cerca de 180km desde o Médio Tocantins até a cabeceira do rio Capim. O termo 'Gaviões', como eram conhecidos genericamente, abrangia vários grupos ao longo do Tocantins, incluindo os Pykopkatêjê, Krikati e Parkatêjê (Nimuendaju, 1946).

<sup>4</sup> Os Akrātikatêjê, liderado pela cacica Kátia Tônkyre, está fortalecendo a língua e a identidade por meio da retomada dos nomes étnicos, negados em registro civil pelo então Serviço de Proteção ao Índio (SPI) e depois pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI), hoje Fundação Nacional do Povos Indígenas, mas que mantém a mesma sigla. Ao se apresentar e requerer o reconhecimento do seu nome étnico, a líder questiona o silenciamento que o órgão tutelar produziu e propõe a valorização da autonominação do seu povo. Por essa razão, ao me referir à cacica no trabalho, não o farei pelo nome de registro civil, em respeito à sua identidade e posição política.

Akrātikatêjê (PPP/Escola Ronoré, 2020). A chegada da Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. (Eletronorte) na década de 1970, com o projeto de construção da barragem de Tucuruí, marcou o início de grandes tensões e conflitos. A empresa, por meio de ameaças e violências, não mediou esforços para remover os Akrātikatêjê do território tradicional, inclusive com o uso de bombas e veneno (Santana, 2022).

Considerando as lutas históricas pela sobrevivência frente às violências do Estado brasileiro, apresento a trajetória da cacica Kátia Tônkyre, o que faço a partir de conversas gravadas guiadas por questões orientadoras em diferentes momentos a propósito desta escrita e da pesquisa para elaboração da dissertação de mestrado que tem como tema *O território somos todos nós: os Akrātikatêjê e o direito à consulta*, mas, principalmente, pela convivência de mais de 40 anos com os povos da RIMM e com Kátia, que me possibilitaram a vivência de muitos dos fatos aqui narrados. Os tópicos que seguem têm como títulos trechos significativos da narrativa da cacica, nos quais evidencio os fatos que marcaram a construção de uma líder Akrātikatêjê.

## **“AONDE VOCÊS FOREM, CONTEM A HISTÓRIA DO Povo: ASSIM NÃO ACABAREMOS”**

A história dos Akrātikatêjê é marcada por sucessivos deslocamentos forçados e pela complexa luta pelo território tradicional. Com base nas pesquisas de Expedito Coelho Arnaud (1964), Roberto DaMatta (1967), Iara Ferraz (1983), Maria Virgínia Bastos de Mattos (1996), Rosani de Fátima Fernandes (2010) e Mariana Teixeira Guimarães (2017) é possível entender melhor as nuances dessa trajetória.

Os Gavião de Oeste, pertencentes ao grupo Timbira e ao tronco linguístico Macro-Jê, ocupavam vasta área que ia desde a margem direita do Médio Tocantins até a cabeceira do Rio Capim, abrangendo cerca de 180km de extensão (Arnaud, 1964). Território essencial para subsistência e cultura, abrigava não apenas recursos naturais, mas também locais sagrados e

rotas de migração tradicionalmente usadas por várias gerações. Com a chegada de exploradores e colonizadores a partir do século XVII, teve início o processo de expropriação e violência que resultou em deslocamentos forçados dos Gavião. Expedições de extermínio organizadas por políticos locais, comerciantes e mercadores de castanha nas décadas de 1930 e 1940 tiveram impactos devastadores, forçando os Gavião a abandonarem o território tradicional e se refugiarem em regiões mais isoladas e longe da margem do rio Tocantins (Ferraz, 1984).

Durante o período da ditadura militar no Brasil, a situação se agravou com a implementação de projetos de infraestrutura que tiveram impactos drásticos nas comunidades indígenas. Exemplo significativo foi a construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, um dos ‘maiores’ empreendimentos do governo militar. O projeto ignorou os direitos e a presença histórica dos povos indígenas na região, resultando em deslocamento forçado para o povo Akrātikatêjê (Mattos, 1996). Os povos indígenas, incluindo os Akrātikatêjê, foram removidos do Território sem qualquer compensação.

Com a demarcação da Reserva Indígena Mãe Maria<sup>5</sup> (RIMM) em 1986, os grupos denominados genericamente de Gavião foram realocados para uma área que representava apenas pequena fração do território tradicional. Mesmo após a homologação da reserva, para onde foram levados os Parkatêjê, Kyikatêjê e os Akrātikatêjê, invasões e ocupações ilegais continuaram a ocorrer, dificultando a vida dos povos e limitando o acesso a recursos vitais (Mattos, 1996).

---

<sup>5</sup> A Reserva Indígena Mãe Maria (RIMM) está localizada no município de Bom Jesus do Tocantins, noroeste de Marabá, Pará, à margem direita do rio Tocantins, delimitada pelos rios Flecheiras e Jacundá. Homologada pelo decreto nº 93.148 de 20 de agosto de 1986, possui 62.488,4516 hectares. O nome da reserva, dado pelo Serviço de Proteção ao Índio (SPI) na década de 1960, deriva do ribeirão Mãe Maria, que atravessa o território. (Fernandes, 2010)

Para os Akrātikatêjê, a terra não é apenas espaço físico, mas território cheio de significados culturais e espirituais. A não compreensão da diferença entre os conceitos de ‘terra’ e ‘território’ tem levado a políticas públicas inadequadas que não atendem às necessidades e direitos dos povos indígenas. Os Akrātikatêjê, forçados a abandonar o território tradicional devido à construção da Usina de Tucuruí, passaram a utilizar o conceito de território para reivindicar direitos e buscar reparação. A cacica Kátia Tônkyre exemplifica essa luta, não apenas defendendo a terra, mas também utilizando o conceito de território para ações judiciais contra a Eletronorte.

O território da Montanha, que era vital para a subsistência da comunidade, foi destruído e inundado para a construção da represa. O deslocamento forçado causou grande sofrimento, especialmente para as mulheres e crianças da comunidade. Apesar da resistência liderada por Payaré, que tentou negociar com órgãos governamentais e protestou contra a desapropriação, a solução oferecida foi a compra das benfeitorias da aldeia pela Eletronorte, pela qual receberam pagamento simbólico, sem a devida reparação pela perda do território tradicional (Santana, 2022).

Após a expulsão violenta da comunidade, Payaré persistiu na luta por reparação, incluindo tentativas frustradas de retomar o território tradicional. A batalha judicial por compensação pela perda do território tradicional dos Akrātikatêjê durou mais de três décadas, sendo concluída apenas em 2019, quando Payaré já havia falecido por complicações de saúde, em abril de 2014, sem ver os resultados da sua luta. “Uma vida que enveredou pela luta em busca de reparação ao descaso, à omissão e ao crime cometidos pelo Estado brasileiro durante a construção da hidrelétrica de Tucuruí, nos anos 1980” (Guimarães, 2017).

Às vésperas de sua morte, assistido pela Procuradoria Geral da República em Marabá, ele acompanhava os trâmites da sentença favorável ao seu povo e a aquisição de 3.600 hectares de terras contíguas à Reserva Indígena Mãe Maria pela Eletronorte, [para] onde os Akrātikatêjê foram compulsoriamente levados. (Guimarães, 2017, p. 954).

Na década de 1970, os Akrātikatêjê enfrentaram uma crise devastadora devido à construção da UHE Tucuruí. Em 1976, a decisão crítica recaiu sobre o cacique Payaré, que teve que decidir entre abandonar ou lutar em defesa do território tradicional ameaçado pela construção da represa. Optando por resistir, a decisão culminou na expulsão e relocação forçada dos Akrātikatêjê da montanha para a RIMM (Pinto, 2024).

A violência e as violações contra os Akrātikatêjê continuaram mesmo após expulsão do território tradicional devido à construção da UHE Tucuruí. O cacique Payaré, ao transmitir conselhos para filha, a atual cacica Kátia Tônkyre, incentivava a preservação da memória e da história do povo, mesmo diante das adversidades. Na atual RIMM, os Akrātikatêjê, ao lado dos parentes Kyikatêjê e Parkatejê, continuam lutando pela autonomia e autodeterminação (Santana, 2022).

A Cacica Kátia relata que o antigo território foi devastado pela construção da hidrelétrica e que, após a perda do território, enfrentaram novos impactos negativos causados pela construção da Estrada de Ferro Carajás e outras intervenções.

Hoje lá na terra antiga tem a hidrelétrica de Tucuruí, barrando o rio Tocantins, cidade, fábrica, uma destruição em cima do que era nosso território. Há pouco tempo, começamos a mobilizar duas ações, uma contra a Eletronorte, por nunca ter reparado devidamente a gente, por nos ter tirado da nossa terra e quase acabado com nós, e a Vale S.A, porque depois do território perdido para a barragem tivemos o território da Mãe Maria impactado pela ferrovia. (Kátia *apud* Santana, 17 de outubro, 2022).

Os povos da RIMM, incluindo os Akrātikatêjê, enfrentam contínuos desafios ambientais e de saúde devido às muitas intervenções, invasões e supressões da terra. A Estrada de Ferro Carajás, operada pela Empresa Vale, antiga Companhia Vale do Rio Doce, é uma das principais fontes de problemas para a comunidade, impactando negativamente o meio ambiente e a saúde das pessoas das mais de 30 aldeias constituídas hoje em Mãe Maria. A Vale, por sua vez, afirma que realiza ‘esforços’ para

mitigar os impactos e mantém ‘diálogo’ com as comunidades indígenas (Santana, 2022).

A persistência das violações e a falta de reparação adequada destacam a repetição de injustiças enfrentadas pelos povos da RIMM ao longo de décadas, desde o início do Projeto Grande Carajás até os dias atuais, o que levou o Tribunal Internacional dos Direitos da Natureza a recomendar que instâncias internacionais investiguem os crimes socioambientais na região, evidenciando a continuidade das violências e a necessidade urgente de justiça (Santana, 2022).

A luta dos Akrātikatêjê pela sobrevivência e autonomia foi marcada por momentos de grande dificuldade e resistência. A liderança de Payaré foi crucial, não apenas na resistência física e política, mas também no fortalecimento da identidade cultural do povo. Em 2007, Payaré e Kátia lideraram a criação da Aldeia Akrātikatêjê num movimento estratégico para reafirmar a identidade cultural e a autonomia territorial do povo. A criação da nova aldeia permitiu que os Akrātikatêjê revivessem as tradições e práticas culturais sem a interferência de outras influências (PPP/Escola Ronoré, 2020).

Nos últimos anos, os Akrātikatêjê têm enfrentado novos desafios e alcançado importantes conquistas. A implementação do Projeto Político Pedagógico (PPP) na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Rônôre Kapere Temejakrekate é um exemplo de como a educação diferenciada e a valorização dos saberes tradicionais podem contribuir para a resistência cultural e a autonomia do povo. Este projeto busca estabelecer diálogos interculturais entre os conhecimentos tradicionais Akrātikatêjê os demais conhecimentos do currículo escolar, construindo educação escolar que respeita e valoriza a cultura e identidade do povo. (PPP/Escola Ronoré, 2020).

A luta pela terra, identidade e autonomia continua sendo o pilar central na vida dos Akrātikatêjê. A história de resistência e resiliência do povo é testemunho da determinação em fortalecer a cultura e garantir direitos. Como afirma a cacica Kátia: “Nossa luta é pela vida, pela nossa terra, pela nossa cultura. Não podemos desistir porque nossa existência depende disso” (Tônkyre, 2023).

## “FOI ONDE COMEÇOU A NOSSA PELEJA”

A formação da Aldeia Akrātikatêjê está ligada à trajetória de luta e resistência dos Akrātikatêjê. Desde a década de 1980, com a transferência compulsória para a RIMM, a comunidade enfrentou inúmeros desafios que impactaram sua cultura e modo de vida (PPP/Escola Ronoré, 2020). No início dos anos 2000, o desejo de autonomia e a necessidade do fortalecimento da identidade cultural impulsionaram o Cacique Payaré e sua família a buscarem um novo espaço para o povo.

Atendendo ao desejo do pai, o Cacique Payaré, Kátia intensificou sua participação nas reuniões e no planejamento da nova aldeia (PPP/Escola Ronoré, 2020). A visão de Payaré, que acreditava na capacidade das mulheres de liderar com perspectiva mais ampla e organizada, foi determinante para a ascensão de Kátia Tônkyre como cacica. Essa visão impulsionou Kátia a assumir a liderança, refletindo a confiança do pai em seu potencial e habilidades para liderar o povo.

Em 2006, o grupo começou a trabalhar na abertura da primeira roça no local onde a aldeia seria estabelecida. Em 2007, iniciaram a preparação do espaço para a construção das casas. No dia 30 de julho de 2009, o Grupo da Montanha fundou oficialmente a Aldeia Akrātikatêjê, mudando-se de forma definitiva da Aldeia Parkatêjê para o novo local. A nova aldeia está situada próximo à divisa da Reserva Mãe Maria, no km 15 da BR-222, que é delimitada pelo rio Flexeiras, que faz divisa com a comunidade não indígena do Distrito de Morada Nova, pertencente ao município de Marabá (PPP/Escola Ronoré, 2020).

Desde o início, a educação escolar foi prioridade para a nova comunidade. Payaré, preocupado com o fortalecimento da língua e da cultura timbira, construiu um barracão que servia como escola, onde ele mesmo ensinava (PPP/Escola Ronoré, 2020). A iniciativa reflete a visão dos Akrātikatêjê de buscar autonomia e resistir à dependência de outros povos.

A criação da Aldeia Akrātikatêjê marcou uma nova era de resistência e fortalecimento cultural para o povo Akrātikatêjê. Apesar dos desafios, como a dependência inicial de recursos externos e a necessidade de fortalecer a cultura em face da modernidade, a comunidade continuou a lutar

pela autonomia e pelo fortalecimento cultural e das tradições Akrātikatêjê (PPP/Escola Ronoré, 2020).

## **“VOU FALAR DA MINHA TRAJETÓRIA”: VIDA E LUTA DE UMA LÍDER AKRĀTIKATÊJÊ**

“Meu pai disse que eu já era liderança desde o ventre da minha mãe” (Tônykre, 2023). Assim começa a narrativa da história de vida feita por Kátia Tônykre, primeira mulher cacica da aldeia Akrātikatêjê, cuja trajetória é marcada por desafios, superações e processos de preparação cuidadosos, refletindo a visão do pai, Payaré, que acreditava na importância de uma liderança bem formada.

Desde a infância, Kátia foi tratada de maneira diferente dos irmãos, recebendo educação voltada para a liderança. Payaré via em Kátia atitude e desejo de estudar, características essenciais para a futura liderança da comunidade. Ele acreditava que a educação e a preparação para a liderança eram fundamentais para a formação de uma líder (PPP/Escola Ronoré, 2020).

Desde muito jovem, Kátia foi testemunha e participante ativa na luta do pai pela terra e pelos direitos da comunidade. Em 1970, a exploração do território Akrātikatêjê começou a intensificar-se com conflitos e ameaças. Em 1975, a avó de Kátia, Rônoré Kâprere Pahiti<sup>6</sup>, juntamente com seus tios e demais familiares, mudaram-se para Mãe Maria. “Foi onde começou a nossa peleja, meu pai sempre lutando pelo território”, relembra Kátia. Payaré permaneceu lutando pelo território tradicional, na Montanha, enquanto sua mãe e os demais familiares se estabeleciam na RIMM.

---

<sup>6</sup> Rônoré Kâprere Pahiti, conhecida como Mamãe Grande, apelido que ganhou por ter criado várias crianças órfãs de pai e mãe, vitimadas por doenças transmitidas pelo contato com não indígenas.

A adaptação ao novo território<sup>7</sup> foi difícil para Kátia e família, conforme descreve:

nós éramos povos na margem da beira do rio. Nós éramos indígenas e também ribeirinhos. A gente vivia de pesca, de raízes da floresta, né, das frutas. Então assim, onde a nossa terra era farta de peixe, de caça. E a gente custou se adaptar no Mãe Maria (Tônkyre, 2023).

Em dezembro de 1983, Kátia e o restante da família finalmente se mudaram para Mãe Maria, enfrentando grandes dificuldades de adaptação ao ambiente diferente e menos generoso em termos de recursos naturais.

A busca pela escolarização sempre foi central na vida de Kátia. Em 1990, retomou os estudos após longa pausa, desafiando as restrições impostas pela FUNAI, que, na época não permitia que mulheres indígenas estudassem. “A FUNAI não aceitava nós mulheres estudar. Nós não podíamos estudar porque era no tempo do Carvalho”<sup>8</sup> (Tônkyre, 2023). Mesmo com tal dificuldade, Katia conseguiu estudar no colégio interno das freiras Nossa Senhora da Conceição em Tucuruí, onde concluiu a quarta série.

---

<sup>7</sup> Sobre o assunto, conferir Paul Elliott Little (2018), que no artigo “Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade”, argumenta que o território, diferentemente do conceito de terra, não deve ser entendido apenas como entidade física delimitada por fronteiras geográficas e frequentemente associado à propriedade e uso de recursos naturais. ‘Território’ é um conceito mais amplo e dinâmico. Em vez disso, ele enfatiza que o território é espaço vivido e construído socialmente. Esse espaço vivido é onde as comunidades tradicionais desenvolvem suas práticas culturais, sociais e econômicas. Nesse sentido, o território vai além de uma mera localização geográfica, incorporando as experiências, histórias e identidades das pessoas que o habitam.

<sup>8</sup> Kátia faz referência a José Porfírio Fontenele de Carvalho, conhecido como Carvalho, nascido em Granja, Ceará, em 1947, que foi indigenista influente e atuou com os povos Waimiri Atroari, Guajajara e Awaeté Parakanã. Trabalhou no Serviço de Proteção aos Índios (SPI) e na FUNAI, sendo presidente da Sociedade Brasileira de Indigenistas. Destacou-se na intermediação entre indígenas, Estado brasileiro e empresas, como a UHE Balbina e a BR-174. Sua atuação ‘protecionista’ foi, e continua sendo muito questionada por lideranças indígenas, especialmente pela sua atuação junto aos Awaeté Parakanã na região do Tocantins, no Sudeste paraense, que foram, durante mais de 30 anos, forçados a não estabelecer contatos com a sociedade não indígena. O indigenista faleceu em 2017.

A persistência de Katia e de Payaré foi crucial para estabelecer a primeira escola na RIMM, na Aldeia Parkatêjê, que permitisse a continuação dos estudos além da quarta série. Contudo, devido à falta de regularização e registro da Escola Estadual Indígena de Educação Infantil, Fundamental e Médio Pẽptykre Parkatêjê junto à Secretaria de Estado de Educação (SEDUC), não conseguiu avançar nos estudos. “Eu nunca passava de ano porque o colégio não podia me passar, que não tinha documento, sabe? Ele não era certificado, sei lá, ele não tinha um registro” (Tônkyre, 2024).

Durante esse tempo, Katia foi estudar fora da aldeia:

[a]ntes disso, eu estudei no quilômetro 40 e terminei a oitava série na Vila São Raimundo. Estudava na aldeia porque ainda não tinha saído a portaria; e não podiam me passar de ano, e eu queria estudar de qualquer jeito e meu pai sempre dizendo ‘estuda, minha filha’, mas o Krohokrenhum<sup>9</sup> não aceitava que mulher estudasse, então eu estudava escondido (Tônkyre, 2024).

Katia incentivava seu marido, Irnaldo, a estudar com ela. “Eu vivia com ele há 15 anos e chamava para estudarmos juntos. Ele estudou comigo no quilômetro 40, onde terminei a oitava série” (Tônkyre, 2023). Em continuidade aos estudos, Katia concluiu o ensino médio em Morada Nova em 2003. “Eu terminei o terceiro ano do ensino médio em 2003, e quando foi em junho, meu marido faleceu. Fiquei viúva e sozinha, sem marido, foi quando surgiu a ideia de criar nossa aldeia e sair da Aldeia Parkatêjê” (Tônkyre, 2024).

A cacica Kátia sempre almejou ser professora e contribuir para a educação do povo. “Eu sempre quis ser professora, então hoje em dia eu sou essa pessoa, eu agradeço cada professor da Terra Indígena Mãe Maria

---

<sup>9</sup> Krohokrenhum, também conhecido como Capitão (falecido em 2016), líder e cacique do povo Parkatêjê, desempenhou um papel crucial como intermediador entre diferentes grupos indígenas devido a semelhanças culturais e linguísticas. Ele se destacou por facilitar casamentos para enfrentar o declínio populacional e liderou a transição dos Parkatêjê do Cocal para Mãe Maria. Além de suas habilidades de liderança, Krohokrenhum era renomado por sua destreza no jogo de flecha e sempre carregava seu maracá, sendo admirado pelos velhos (Ferraz, 1998).

e os professores também que convivem ao meu redor” (Tônkyre, 2024). Em 2011, Kátia se matriculou na Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa). Inicialmente pretendia cursar matemática, mas acabou optando por Ciências Sociais. No entanto, depois da perda da filha no parto de gêmeas em 2012 e o falecimento do pai em 2014, Kátia adoeceu de profunda depressão. “Eu perdi minha filha, entrei em depressão, mas com o apoio de amigos e familiares, encontrei forças para seguir em frente, precisava criar minhas netas” (Tônkyre, 2024). Devido à condição de saúde fragilizada, Kátia não concluiu o curso de Ciências Sociais.

Com a ajuda e suporte da comunidade, Kátia decidiu retomar os estudos. Em 2015, ela se matriculou na Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Marabá (FACIMAB), onde concluiu o curso de Pedagogia em 2019. “Eu vivia mais na palestra do que na sala de aula” (Tônkyre, 2024), destacou Kátia sobre sua experiência na FACIMAB. Conforme ela indica, durante o período que frequentou o ensino superior era muito demandada para proferir palestras e conferências, onde compartilhava as experiências de liderança indígena. Também participava ativamente de eventos e palestras em diversas universidades e instituições no Brasil e no exterior, o que continua fazendo, inclusive em outros países:

eu sou muito grata hoje, quando eu vejo as mulheres indígenas estudando, lutando, mulheres casadas, que já têm filho. Isso, para mim, é uma conquista e resultado do meu trabalho, da minha luta, que serve de exemplo em não desistir da minha formação. Então, eu sou muito feliz, muito grata pelas oportunidades que tive e pelas pessoas que me ajudaram (Tônkyre, 2024).

Além de sua formação escolar, Kátia também se destaca como professora bilíngue, responsabilidade que assumiu inspirada pelo pai:

meu pai me botava para dar aula da língua. Vai lá, hoje você vai dar aula no meu lugar. Eu pegava o caderno do meu pai com as aulas prontas com o maior prazer. Eu dei aulas na aldeia Parkateje por dez anos, muitas vezes sem remuneração, não era contratada, mas sempre movida pelo amor à educação e ao meu povo, eu dava aula em casa (Tônkyre, 2024).

Kátia sempre sonhou ser professora universitária e sente que está realizando o sonho por meio das palestras nos eventos que é convidada:

eu sempre falo que a universidade é a minha casa, eu sempre me sinto à vontade, pode ser na frente de qualquer professor, doutor, eu sempre me coloco eu tenho minha fala e falo do que vivo e penso. Eu também sou uma doutora, eu também sou uma mestra, devido ao meu conhecimento, ao meu notório saber, devido à minha especialização que eu tenho com os professores indígenas, com o que eu aprendi com meu pai e com os velhos e na lida do meu dia a dia na aldeia e nos lugares fora da aldeia que vou palestrar (Tônykyre, 2024).

Elá continua a lutar por uma revolução na educação indígena, plantando sementes de conhecimento e incentivando outros a valorizarem a educação.

## **“SER CACICA NÃO É SÓ TÍTULO”**

A liderança de Kátia foi reconhecida formalmente em 2010, quando seu pai a nomeou cacica, reconhecendo seu esforço e dedicação. Como cacica, Kátia continuou o legado do pai na defesa dos direitos do povo, no fortalecimento da cultura e na luta contra grandes empreendimentos que ameaçam os povos da RIMM. Elá acredita na importância da união dos caciques e na formação e organização do povo para enfrentar os desafios atuais e futuros na RIMM, enfatizando a criação do protocolo de consulta como essencial para fortalecer a voz e luta dos povos indígenas e garantir que suas demandas sejam respeitadas. “O protocolo de consulta, se nós tivéssemos feito, ele vinha para fortalecer a nossa fala e nossas ideias da união pelo território e da união pela nossa organização do território Mãe Maria” (Tônykyre, 2023).

A cacica Kátia também se destaca em atuação na defesa do território, enfrentando grandes corporações e protegendo a floresta. Sob sua liderança, os Akr  tikat  j   reduziram significativamente o desmatamento na aldeia, reflorestando e recuperando solos degradados e implantando projetos de açai e frutas nativas no entorno do lago onde mantêm um projeto de

piscicultura para alimentação da comunidade. Além disso, Kátia participou de delegações compostas por advogados socioambientais e líderes indígenas de diversas partes do mundo, denunciando os impactos causados pelas atividades dos grandes empreendimentos econômicos na região.

Nesse contexto, Kátia expressa preocupação com o futuro da RIMM, especialmente em relação à juventude. “Eu vejo a juventude como a continuidade da nossa luta e da nossa cultura. É importante que eles entendam o valor do nosso território para nossa sobrevivência” (Tônkyre, 2023). Ela entende que a educação e a conscientização são essenciais para garantir que as próximas gerações continuem a proteger e valorizar o território.

A responsabilidade de Kátia Tônkyre como cacica é enorme, e ela sente o peso dessa responsabilidade do comprometimento que tem com o povo. “Ser cacica não é só título, é compromisso com meu povo, com nossa terra e nossa cultura. É garantir que nossa voz seja ouvida e que nossos direitos sejam respeitados” (Tônkyre, 2023). Kátia trabalha para melhorar as condições de vida da comunidade, reconhecendo que a educação é ferramenta para a emancipação e a autonomia dos povos indígenas. “Quando vejo as minhas filhas, sobrinhas e outras mulheres casadas que já têm filho estudando fazendo faculdade, isso para mim é uma conquista não tem preço, vejo que estão seguindo meu exemplo” (Tônkyre, 2024).

Kátia tem promovido diversos projetos para garantir a sustentabilidade e a independência econômica da comunidade. Ela destaca a criação do lago para a criação de peixes como uma iniciativa importante. “A gente tem um lago para criar peixe, para ajudar na alimentação e também para gerar renda” (Tônkyre, 2023). Kátia Tônkyre também está envolvida na produção e venda de castanha, que é fonte significativa de renda para a comunidade. “A gente colhe e vende castanha. É um trabalho duro, mas que traz benefícios para todo mundo” (Tônkyre, 2023).

Determinada, Kátia instiga os filhos e os jovens da comunidade a seguirem seu exemplo, engajando-se na luta e não esquecendo dos ensinamentos deixados pelo cacique Payaré. “Eu falo para os meus filhos que eles têm que continuar o que eu e meu pai começamos, que não podem deixar a nossa luta morrer. A luta do meu pai continuará” (Tônkyre, 2023).

Além disso, ela se preocupa com a dependência que as comunidades da RIMM têm em relação aos recursos repassados pela Vale como mitigação pelos danos causados ao território e às pessoas que nele vivem. Kátia critica essa dependência, que perpetua relação de subordinação e limita a autonomia dos povos. “Eu vejo que muitos líderes dependem da Vale, mas eu quero que a gente seja independente, que a gente possa viver da nossa terra e do nosso trabalho” (Tônkyre, 2023).

Essa luta por autonomia e sustentabilidade também reflete a trajetória de Kátia, que é marcada por importantes conquistas e reconhecimentos. Em 2024, ela recebeu o prêmio “A Alma da Ruralidade” do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), que reconhece líderes rurais como guardiões da biodiversidade. Para Kátia, o reconhecimento reflete o comprometimento em proteger a Amazônia e a contribuição significativa para a luta global contra a degradação ambiental e todo tipo de exploração ilegal da natureza e dos povos tradicionais. Além da atuação local, ganhou reconhecimento internacional por iniciativas em prol da “sustentabilidade e da conservação ambiental”.

Kátia resume a trajetória e o compromisso com o povo: “Nossa luta é pela vida, pela nossa terra, pela nossa cultura. Não podemos desistir porque nossa existência depende disso” (Tônkyre, 2023). A liderança de Kátia continua a ser fonte de inspiração e esperança para seu povo, mostrando que, mesmo diante das adversidades enfrentadas no caminho, é possível lutar e conquistar futuro melhor.

## **“E HOJE EU ME TORNEI ESSA CACICA”: À GUIA DA CONCLUSÃO**

A trajetória de Kátia Tônkyre é exemplo inspirador de liderança e resistência, simbolizando a luta do povo que, diante de adversidades extremas, não desistiu dos direitos e da identidade étnica frente a outros povos e às políticas desenvolvimentistas do Estado brasileiro. A construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí a partir de 1980 representou um capítulo doloroso

e de grandes desafios para os Akrātikatêjê, que foram obrigados a abandonar o território tradicional e a enfrentar o deslocamento forçado para a Reserva Mãe Maria. Preparada desde jovem por seu pai Payaré para assumir a liderança, Kátia quebra paradigmas sendo a primeira cacica mulher entre os povos da RIMM. A resiliência da líder é evidenciada na criação da nova aldeia e na persistência em manter vivas as tradições culturais e a língua timbira na comunidade e na escola da aldeia. A educação escolar, como um dos pilares da resistência Akrātikatêjê, foi fortemente promovida por Kátia, que não só se tornou professora da língua, mas também articuladora da educação escolar entre as demais aldeias da reserva, liderando, por exemplo, a construção do currículo e matriz curricular das escolas dos três povos.

Os caminhos percorridos pela líder dos Akrātikatêjê mostram que uma liderança é construída aos poucos e que liderar não é apenas ter o título de cacica e o domínio dos códigos de governança, mas requer força, coragem e determinação na luta contínua por direitos.

## REFERÊNCIAS

- ACEVEDO-MARIN, Rosa Elizabeth; NOVAES, Jurandir Santos de. “Cacique do Povo Akrātikatêjê: Narrativas sobre vida, trabalho e conflitos no território etnicamente configurado”. In: *Revista Brasileira de Antropologia*. 10 (2), p. 45-62, 2018. Disponível em: <http://bit.ly/3Y1imUH>. Acesso em: 15 de março de 2024.
- ARNAUD, Expedito Coelho. *Os índios Gaviões do Oeste: Pacificação e Integração*. Belém: Museu Paraense Emilio Goeldi. Publicado originalmente no Boletim do MPEG, Antropologia, Belém, 1975. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/livros/os-indios-gavioes-de-oeste-pacificacao-e-integracao>. Acesso em: 20 de janeiro de 2024.
- EMPRESA NORTE DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA (ENTE). *Estudo Etnoecológico da Terra Indígena Mãe Maria*. São Paulo: Consultoria e participações Ltda, 2007.
- FERNANDES, Rosani de Fatima. *Educação Escolar Kyikatêjê: novos caminhos para aprender e ensinar*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará. Instituto de Ciências Jurídicas, Programa de Pós-Graduação em Direito. Belém, 2010. (Inédita) Disponível em: <https://bit.ly/4pKkyN>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2024.
- FERRAZ, Iara. *De “Gaviões” a “Comunidade Parkatêjê”*: Uma reflexão sobre processos de reorganização social. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional/UFRJ Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1998. (Inédita)
- FERREIRA, Tayana Cortez. *O processo de construção da aldeia Akrātikatêjê: memória e retomada aos Mānkatêjê da Montanha: Akrātikatêjê ijõn pê mē tanē*. Dissertação (Mestrado) — Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia. Marabá, 2020. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1NAgy6BDbdexda5nPeoRgPyxuviFwKpBG/view>. Acesso em: 25 de julho de 2024.

GUIMARÃES, Mariana Teixeira. *A saga de Payaré Akrātikatêjê frente ao Estado brasileiro no contexto da construção da hidrelétrica de Tucuruí*. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, v. 12, n. 3, p. 953-965, 2017. Disponível em : <https://www.scielo.br/j/bgoeldi/a/tQGJVk5c8HGW4yvdDR9g7bN/?lang=pt#>. Acesso em: 25 de julho de 2024.

LARAIA, Roque de Barros; DAMATTA, Roberto. *Índios e Castanheiros: A empresa extrativista e os índios do médio Tocantins*. São Paulo: Difel, 1967.

LITTLE, Paul Elliott. “Territórios Sociais E Povos Tradicionais No Brasil: Por Uma Antropologia Da Territorialidade”. In: *Anuário Antropológico* 28 (1):251-90, 2018. Disponivel em: <https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/6871>. Acesso em: 23 de março de 2024.

MATTOS, Maria Virgínia Bastos de. *História de Marabá*. Marabá: Grafil, 1996.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO (PPP). Escola Ronoré. Versão abril de 2020. [Documento não publicado]. 2020.

SANTANA, Renato. *Desterrados pela ditadura, povo Akrātikatêjê busca reparação em aldeia onde fizeram floresta renascer*. Infoamazonia, 2022. Disponível em: <https://infoamazonia.org/2022/10/17/desterrados-pela-ditadura-povo-akratikateje-gaviao-busca-reparacao-em-aldeia-onde-fizeram-floresta-renascer/>. Acesso em: 25 de julho de 2024.

TÔNKYRE, Kátia (Kátia Silene Valdenilson) *Entrevista Oral* [gravada] realizada por José Ubiratan Sompré. Bom Jesus do Tocantins (Reserva Indígena Mãe Maria/aldeia Akrātikatêjê). Pará, 20 novembro de 2023. 1h 47 min.<sup>10</sup>

TÔNKYRE, Kátia (Kátia Silene Valdenilson) *Entrevista Oral* [gravada] realizada por José Ubiratan Sompré. Bom Jesus do Tocantins (Reserva Indígena Mãe Maria/aldeia Akrātikatêjê). Pará, 10 de junho de 2024. 2h.

---

<sup>10</sup> As narrativas indígenas são tomadas como referências bibliográficas considerando a importância para o trabalho desenvolvido.

# MARILAQUE RODRIGUES CABRAL: MULHER QUILOMBOLA DE ARAQUEMBAUA

Sâmela Atrylly Lisboa Ramos



## **MARILAQUE LÍDER QUILOMBOLA**

A história que escrevo refere-se à trajetória e à importância de Luiza de Marilaque Rodrigues Cabral, mulher quilombola pertencente à comunidade de Araquembaua, localizada no segundo distrito do município de Baião, no estado do Pará. Nossa líder tem 68 anos, é filha de Raimundo Mendes Cabral e Francisca de Paula Mendes Cabral, foi casada com Dilson da Trindade, com quem teve quatro filhos, Luize de Marilaque Cabral, Luidy Diego Cabral, Laize Lorena Cabral e Laiza Milena Cabral da Trindade, e hoje é viúva.

Seus pais tiveram nove filhos, incluindo a própria Marilaque, sendo seus irmãos: Manuel Jerônimo Cabral, Maria Neuzarina Cabral da Paixão, Elisabete Mendes Dias, Marilene de Paula Cabral, Vera Lúcia Mendes Cabral, Roberto Carlos Cabral, Rosa Helena Mendes Cabral e Erasmo Carlos de Paula Cabral.

Seu pai era a pessoa que ela mais admirava, e o tinha como espelho, pois ele era um exemplo para a família e para a comunidade. O pai de Marilaque era oriundo de Mocajuba, uma cidade próxima de Baião, que antes integrava o município de Baião. Mesmo não sendo nascido em Araquembaua, exerceu forte influência entre os quilombolas, pois casou-se com a mãe da nossa interlocutora.

## NO PASSADO, ARAQUEMBAUA ERA ASSIM...

Informo aos leitores que, segundo nossa interlocutora, a comunidade de Araquembaua no passado era constituída por poucas famílias. As casas ficam distantes umas das outras, alinhadas em apenas uma rua à margem esquerda do rio Tocantins. As casas eram todas de madeira, a iluminação pública não alcançava o quilombo — à época usávamos lamparina e era necessário comprar querosene na sede do município. Para chegar em Baião, íamos de casco — pequena embarcação movida a remo — para comprar o combustível. Quando era viável financeiramente, ia-se fazer a compra de combustível. Apanhavamos o barco de linha saindo às 5h da manhã e retornávamos ao meio-dia. Os adultos pagavam a época (anos 50 e 60 do século passado) um valor que hoje talvez corresponda a R\$ 2,00 (dois reais) e crianças não pagavam. Ir à cidade era custoso e demasiadamente caro para nós quilombolas, disse Marilaque.

Diz ainda nossa líder sobre o passado, que o plantio da roça era feito coletivamente, em regime de mutirão, “todos juntos”. E ela prossegue: “Acordávamos 5h da manhã e íamos com nossos pais fosse para semear, plantar mudas ou colher para evitar o sol mais forte. Às vezes eu ia com sono, dentro de um paneiro [pequeno cesto de trançado graúdo] às costas do nosso pai. Nossos brinquedos eram as folhas. Com elas que fazíamos bonecas. Ou ainda o sabugo do milho, que tinha como fazer o cabelo da boneca.” Marilaque identifica outras brincadeiras, como o jogo de lorota<sup>1</sup>,

---

<sup>1</sup> Joga-se lorota que em outros lugares do Pará, onde se chama ‘boizinho’ ou ‘bole-bole’, com caroços dos frutos que se encontra ou com frutos ainda pequenos e verdes que se consegue coletar. Em geral, se joga com até cinco pedras (caroços ou frutos), desde que caibam nas mãos dos pequenos. Sentados no chão, se arma o jogo, dispondo as pedras. Na sequência, se joga uma das pedras para o alto e, enquanto ela está no ar, se tenta pegar as pedras que ficaram no chão para juntar com a mesma mão e ainda aparar a pedra que está em queda. Do jogo, todos os presentes podem participar, cada qual espera a sua vez. Há crianças e até adultos que jogam sozinhos para se distrair.

a manchete<sup>2</sup>, entre outras. Existiam muitas cantigas de roda que se entoava ao brincar ou nas noites de luar. “A minha infância foi muito divertida, pois poderíamos ter o contato com a natureza. E à noite, muitas famílias se reuniam na frente da casa para contar histórias.”

O banho era no rio, outra brincadeira de criança. Marilaque conta que descia até o porto (pequeno trapiche) por onde se alcançava o rio Tocantins. A descida ao porto e a volta do banho deviam ser feitas durante o dia, tudo antes de escurecer, pois a noite traz perigo, diziam os mais velhos. A menina descia para o porto contando os degraus. E na época das frutas, em geral quando chove de forma mais abundante, colhiam os frutos que encontravam pelo caminho. Com as frutas, muitas famílias faziam doces, especialmente de manga, goiaba e murici para merenda (lanche) das crianças. No tempo da safra do açaí, fazia-se o vinho, que comido com farinha e algum pescado (siri, por exemplo), era nosso alimento de preferência, contou Marilaque.

“Antes (em um passado recente) éramos mais unidos em relação a troca de alimentos, ao compartilhamento das plantações e colheitas, uma convivência tranquila. Hoje somos unidos, mas não tanto quanto antes. Ainda há pequenos grupos que se reúnem para práticas coletivas ou comunitárias. Alguns homens vão caçar juntos, as mulheres vão colocar matapi (armadilha de pesca) para pegar o camarão e levar para vender na cidade de Baião. Mas somos poucos a chegar em Baião, embora essa seja uma possibilidade de sustento. Hoje a comunidade vizinha, chamada Itaperuçu, se faz mais presente na feira em Baião, tendo conquistado um espaço específico para vender seus produtos.”

---

<sup>2</sup> A manchete é jogada a partir de um quadro desenhado no chão, com uma pedra ou um caco de cerâmica ou até mesmo com um graveto, dependendo do solo disponível para a brincadeira. Faz-se uma roda no meio do quadrado e separa os grupos de crianças do lado direito e esquerdo, como se fossem times que se opõem. No meio da roda são dispostas de cinco a seis pedras e os times se alternam para derrubar as pedras com bolas feitas com meias velhas e, hoje, com sacolas plásticas.

## OS TEMPOS MUDAM...

“A comunidade cresceu”, diz nossa entrevistada, “agora temos uma farmácia, uma taberna (pequeno estabelecimento onde se pode beber e comer, além de adquirir outros bens), loja de roupa, uma padaria, entre outros estabelecimentos. O fato alivia as idas para Baião. Possuímos uma igreja católica e outra evangélica, temos um barracão local que abriga a festividade da Santíssima Trindade, que é a padroeira da comunidade. Há uma escola, a comunidade continua pequenina, temos apenas sete ruas na comunidade e elas não são asfaltadas. Há energia e água encanada. Alguns moradores, hoje, possuem poço em suas residências. As melhorias proporcionaram mudanças e com elas chegaram outras famílias vindas de outras comunidades.” O Araquembaua, segundo Marilaque, mudou muito. Antes se constituía em uma arruado margeando o rio. “Hoje somos mais de 300 famílias.”

Nossa entrevistada era professora contratada pelo estado e para além do cotidiano na escola, realizava trabalhos comunitários junto à associação das mulheres ministrando aulas de crochê, corte e costura, plantação e fabricação de remédios caseiros, que são utilizados por todos da comunidade, acolhendo e cuidando dos membros da comunidade.

Marilaque é, ainda, incentivadora das atividades culturais da comunidade. Participa das rodas do samba de cacete e de carimbó. Entre suas atividades, encontram-se os eventos da Santíssima Trindade. Durante a festividade, é ela quem organiza as vendas em benefício do padroeiro, puxa a novena, que ocorre em novembro, quase ao final do ano, momento em que em as bandas musicais se apresentam no palco do barracão, em geral após as missas em homenagem à Santíssima Trindade.

A cada ano a movimentação cultural ganha volume requerendo arrecadar fundos para os festejos. São realizados bingos e leilões com doações feitas pelos comunitários. Recebemos muitas pessoas oriundas dos mais diversos lugares que vêm se divertir. O fluxo das pessoas oriundas de Baião, Mocajuba e Tucuruí facilita a venda de guloseimas e comidas típicas. A festa cresceu e hoje é tradição de Araquembaua.

Ainda sobre a comunidade, Marilaque relembra que ela se tornou quilombola no dia 29 de setembro de 2002, representada por uma Associação de Remanescente de Quilombo de Igarapé Preto a Baixinha (ARQUIB), que reúne três coletivos e cada qual possui um representante. O líder de Araquembaua é o senhor João Maria Ramos, conhecido na comunidade como Jonga.

Marilaque, como contadora de histórias, reaviva a memória coletiva no dia a dia, fortalecendo a luta pelos direitos quilombolas. Foi ela que iniciou o cadastro das famílias para que o coletivo tivesse um controle da população. Relembra que algumas famílias resistiram em fazer o cadastro, pois não queriam que outras pessoas tivessem acesso à sua terra, sua casa, e não compreendiam como funcionava a associação e que benefícios poderia trazer para a comunidade. Com o cadastro, foi possível articular e receber títulos. O processo de titulação permitiu a emissão de carteiras para os quilombolas moradores do lugar.

Hoje, o acesso a comunidade se dá de duas formas. A primeira é por meio de barco de linha que sai do trapiche principal da comunidade e pela balsa que para na comunidade de Varginha, oferecendo acesso a todas das comunidades. A outra forma é pelo acesso terrestre, via rodovia Transcametá.

A sede da Associação ARQUIB fica localizada em Igarapé Preto, local onde são realizadas as assembleias que tomam decisões importantes sobre os assuntos relacionados a todas às comunidades, especialmente a respeito dos recursos que vão para elas. As lideranças de cada comunidade precisam se fazer presentes, pois elas devem repassar as decisões aos membros dos diversos coletivos. Entretanto, os demais comunitários podem participar. A palavra é facultada a todos.

É pertinente observar que as decisões comunitárias que seguem as regras produzem maior benefício aos quilombolas. As pessoas que permanecem fora da comunidade por mais de dez anos perdem seus direitos enquanto quilombola, e quem está na comunidade contribuindo com a manutenção da comunidade há mais de dois anos, adquire direitos de vínculo com a comunidade, sendo considerado quilombola. Principalmente quem constituir família e tiver moradia fixa.

Um dos problemas que vem sendo enfrentado pela comunidade e suas lideranças diz respeito à venda de alguns terrenos da comunidade para um fazendeiro, pessoa que não é quilombola e está demarcando uma parte do território como seu. Como ensinou Marilaque, as terras não podem ser vendidas por serem de título coletivo reconhecido e titulado.

Nossa interlocutora relata que está havendo confrontamento por conta desse fato, pois o fazendeiro não deixa outras pessoas da comunidade entrarem no que considera ‘suas terras’. Os membros do coletivo são proibidos de caçar e apanhar bacaba. Considerando que antes a passagem dos comunitários para caçar e coletar era livre nas terras de Araquembaua, as desavenças se instauraram entre os membros da comunidade, prejudicado o convívio, antes harmonioso, entre os moradores por conta das acusações referentes à venda de terrenos pertencente ao quilombo.

Marilaque relata ainda que em se tratando do abastecimento d’água, inicialmente era feito na primeira rua onde existia um poço e as pessoas faziam filas para pegar água e abastecer suas casas. Posteriormente foram abertos poços na segunda rua, na terceira e na metade da quarta rua, que recebeu a água a partir do esforço da ARQUIB. O abastecimento feito através dos poços é conhecido como ‘água da rua’.

Nossa interlocutora prossegue sua narrativa falando das mudanças na economia da comunidade, informando que houve uma grande mudança a partir da construção da hidrelétrica de Tucuruí, pois antigamente a subsistência dos moradores era feita por meio da caça e pesca. Com a hidrelétrica, muitas espécies de peixes sumiram e a caça rareou. Marilaque revela que, desde criança, pescava de linha na canoa com seu tio ou com seus parentes mais próximos e, hoje, a atividade não é mais possível.

De história em história, Marilaque ajuda a manter viva a memória que aviva a identidade do coletivo quilombola.

Em outros tempos, as doenças que acometiam os moradores de Araquembaua eram tratadas e curadas com uso de remédios caseiros feitos pelas mulheres que cuidavam das pessoas adoecidas. Com o passar do tempo, outras doenças apareceram e o sistema de saúde quilombola não conseguia debelar as novas doenças, e a busca de tratamento na cidade se fez necessária para evitar mortes, especialmente de crianças.

A mudança do regime dos rios trouxe consigo de muitas doenças. Alimentos antes saudáveis foram contaminados pela água sem tratamento. A fome chegou a nós e muitas pessoas iam para a roça sem se alimentar. E pelo regime de trabalho esfalfante, passavam da hora de comer ao realizar o plantio ou a colheita. A mudança de hábitos acarretou problemas de diversas ordens. Alguns moradores conseguiram tratamento, outros, por falta de recursos, vieram a óbito, pois não tinham condições de ir para a cidade em busca de recursos médicos. As mulheres e seus bebês tiveram a vida ceifada pelas intercorrências da desatenção à saúde. Grande parte das mulheres grávidas não tinham oportunidade de fazer pré-natal.

A escolaridade era ofertada às crianças e jovens no barracão da comunidade ou ao ar livre, debaixo da mangueira da primeira rua do quilombo, pela professora Lucimar Lemos, uma das primeiras professoras do quilombo. No barracão ou debaixo da mangueira, os estudantes se sentavam no chão, não tinham carteiras escolares e tão pouco recebiam merenda. Mais adiante, a merenda era oferecida com a ajuda dos estudantes que carregavam água e contribuíam com algum legume ou verdura para a sopa.

A construção da escola demorou. Inicialmente construíram três salas de aula e aos poucos chegaram cadeiras, mesas, quadro, giz e livros. A escola funcionava do maternal à quarta série, e quem não tinha condições de continuar estudando fora do quilombo, tinha que parar de estudar. Quem tinha condições, se mudava para cidades vizinhas para continuar os estudos, e assim, muitas famílias tiveram que sair da comunidade em busca de uma instrução maior.

Muitas dessas pessoas jovens iam para a cidade morar em casa de família para poder estudar, pois em troca de estudo, iriam trabalhar, cuidando da casa da família, dos filhos, como babá e empregada doméstica. Como a lida nas casas era demasiada, a sobrecarga deixava as jovens sem tempo para se dedicar aos estudos.

Atualmente, possuímos o ensino fundamental maior na comunidade e o ensino médio oferecido de forma modular com professores vindos de fora para dar aula na comunidade. Nesse caso, cada disciplina é ofertada em 90 dias, uma após a outra. Considerando as dificuldades de acesso,

muitos professores acabam não vindo para comunidade. O fato implica na longa duração do ensino médio, o que compromete a nossa formação.

Um registro importante: a professora Alice Lisboa Ramos, que dava aulas para alguns estudantes em sua residência, as aulas eram gratuitas. Dessa forma, ela ensinou muitas crianças da comunidade. Às vezes recebia em troca arroz, farinha, carvão ou madeira para fazer carvão, ou ainda plantações da roça, como maxixe. Entretanto, ela nada exigia. Educava por amor.

## ENCERRANDO A CONVERSA

Marilaque, nossa entrevistada, é uma pessoa de muita garra e importante para Araquembaua. Ensinou-nos a participar ativamente das lutas e refletiu sobre a nossa história. Ela encontra-se doente e sob os cuidados de suas filhas, mas não se furtou a contar sobre o passado e o presente da comunidade.

Ao final de nossa longa conversa, Marilaque disse: “minha filha, somos todos parentes, uma só família, fulano que é meu primo, casou com a minha filha, e somos todos parentes”. Depois, ao se despedir, desejou muita sorte nos meus estudos e sorriu muito me contando sobre as histórias da comunidade.

## REFERÊNCIAS

- LOPES, Carla Joelma de Oliveira. *O Território quilombola de Araquembaua, Baião-PA*. 2017. 141 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, 2017. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/9406>. Acesso em: 30 de julho de 2024.
- RAMOS, Sâmela Atrylly Lisboa. *Ações Afirmativas na Universidade federal do Pará: O caso quilombola*. Trabalho de Conclusão de Curso Direito. Campos Belém/Pará/UFPA, 2022.
- REIS, Porfírio de Paula dos. *Alfabetização e letramento na formação cultural da Comunidade de Araquembaua, Baião-PA*. Trabalho de Conclusão de Curso Licenciatura Em Letras com habilitação em língua portuguesa. Campus do Tocantins/Cametá/UFPA, 2013.



# ANCESTRALIDADE E TERRITÓRIO: UMA VISÃO QUE VEM DE DENTRO DO QUILOMBO ALTO ITACURUÇÁ

Alex de Souza Maciel



Eu acredito na força da Natureza, no canto dos pássaros, no Rio que enche e vaza. Eu acredito nas histórias contadas pelos meus avós, no assobio da Matinta Perera, no Saci Pererê. Eu acredito na Força que vem do céu, no Espírito Santo, assim como acredito nas Benzedeiras, Pajés e Orixás. Eu acredito na Medicina, mas antes, acredito nos Saberes e Conhecimentos Tradicionais, nos remédios caseiros. Eu acredito no Esperançar de Paulo Freire, nas lutas e resistências dos Povos Originários e Comunidades Tradicionais. Eu acredito que vamos vencer. E vamos! Eu acredito em vocês!<sup>1</sup>.

## TERRITÓRIO QUILOMBOLA DO RIO ALTO ITACURUÇÁ

A Comunidade Quilombola Alto Itacuruçá tem uma ancestralidade de mais de dois séculos de existência e está localizada nas Ilhas de Abaetetuba, Pará, Amazônia, Brasil. O Município de Abaetetuba situa-se na zona fisiográfica Guajarina, à margem direita da foz do Rio Tocantins. De acordo com o Protocolo Comunitário-Autônomo de Consulta e Consentimento do Itacuruçá Alto:

---

<sup>1</sup> Poesia escrita pelo autor em 13 de setembro de 2021 para as comunidades do Território do Conde – Barcarena/PA. Publicada em 2022, no livro *Amazônia em GUERRA: (Re)existência e disputa territorial em Barcarena*.

[n]o passado, o município ficou conhecido como “a Terra da Cachaça”, devido a próspera indústria de aguardente de cana localizado na época em Abaetetuba. Os Engenhos, no início do Século XX, eram contados às dezenas, porém hoje só existe as ruínas e apenas uma pequena unidade fabril, o Engenho Pacheco, que produz perto de 500 litros por mês de uma excelente cachaça que é usufruída por um pequeno número de privilegiados dentro do próprio município. Esse símbolo local foi imortalizado nos versos de Ruy Barata ao cantar “só lembrar da mardita me lembrei de Abaeté” (Protocolo Itacuruçá Alto, 2022, p. 8).

Nesse contexto, o Protocolo relata que o Rio Itacuruçá, de acordo com o minidicionário Tupi Guarany, a palavra Itacuruçá significa ITA – Pedra, curuá – cruz – Cruz de pedra. Ou seja, Rio de Cruzes de Pedras, por ser em toda sua extensão rodeado de pedras. É um Rio imenso, que possui nascente de água doce. Nesse sentido, por ser longo, está organizado em 3 comunidades: Baixo Itacuruçá, Médio Itacuruçá (Igarapé, São João) e Alto Itacuruçá, que fica nas cabeceiras do rio, onde se encontram as nascentes. Há também, entre o Baixo Itacuruçá e Médio Itacuruçá, uma localidade denominada ‘Ilhinha’, uma pequena ilha no meio do Rio Itacuruçá. Reafirmamos que todas as comunidades do Rio Itacuruçá são quilombolas, possui Título Coletivo datado de 31 de março de 2002 pela Associação dos Remanescentes de Quilombo das Ilhas de Abaetetuba (ARQUIA), que compreende 10 comunidades Quilombolas em um único Título.

Segundo o Protocolo de Consulta e Consentimento do Alto Itacuruçá (2022), a comunidade do Alto Itacuruçá, durante muitos anos teve como principal atividade a construção de canoas, casco e montarias, que logo no início eram vendidos para as ‘ilhas das onças’ e região. Atualmente, essa atividade é realizada em menor intensidade, quase extinta. Contudo, muitos trabalham na lavoura, produção de farinha, açaí e artesanatos. Também tem muito carpinteiros, marceneiros, professoras e pessoas que trabalham externamente em fazendas e fabricas de açaí.

## BELLE PINHEIRO E A COMUNIDADE QUILOMBOLA DO RIO ITACURUÇÁ

Bella Pinheiro (como gosta de ser chamada) é mulher negra quilombola, professora das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), pertence ao Território Quilombola do Rio Itacuruçá Alto, Ilhas de Abaetetuba, Pará. Tem dedicado seu tempo como professora na Escola Municipal de Educação Infantil e Fundamental Nossa Senhora de Nazaré, localizada em nossa comunidade. Belle se dedica, ainda, voluntariamente, à realização de formações em diversas comunidades quilombolas, ribeirinhas, rurais e urbanas nas quais há as CEBs, oportunidades em que discute a respeito do empoderamento das mulheres negras nas comunidades tradicionais, além de participar da Pastoral Social.

Bella nasceu em 16 de janeiro de 1980. Seus pais se chamavam Mercedes dos Santos Pinheiro e Adelaide da Silva Pinheiro. Possui oito irmãos, dois são falecidos. Nossa interlocutora pondera que muitas foram as pessoas que na comunidade a influenciaram, e preferindo não citar nomes, afirma que “um grande grupo da comunidade vivencia o ser negro, vive a sua identidade, vive a sua luta, luta pelas questões sociais, lutar por uma vida digna sempre me influenciou”.B

Bella Pinheiro ressalta que sua maior influência foi o próprio pai e informa:

[ele] sempre foi uma grande influência para mim, um exemplo de pessoa, de uma pessoa samaritana, uma pessoa misericordiosa, uma pessoa que ajudava muito aos outros. Sempre foi uma grande influência para mim, mas também meus irmãos e tantas outras pessoas aqui da comunidade que, para mim, sempre foram exemplos de pessoas que eu admiro, pessoas éticas, pessoas com valores, com valores morais, religiosos e sociais.

Nossa líder é cautelosa, indica as influências mais próximas, sem descuidar de registrar o que aprendeu com os mais velhos que mantêm valores e práticas que auxiliam enormemente o cotidiano do quilombo.

Seu trabalho diário, que contempla o empoderamento feminino, parece seguir os passos de Julieta Elisa Paredes Carvajal, que se afirma feminista comunitária, de pertença Aymará, que vive na Bolívia e diz:

[n]ós mulheres somos mais da metade de tudo. Consideramos um gravíssimo erro negar o corpo e o sexo de nós que formamos parte dos movimentos e organizações sociais; são nossos corpos de mulheres os que desde sempre, em inumeráveis manifestações e ações, fizemos e construímos a história do nosso país. O mais recente nesta sucessão de fatos históricos é nossa presença recuperando os recursos naturais para o povo, das mãos das valentes mulheres (Paredes Carvajal, 2022, p. 15-16).

O movimento comunitário das mulheres negras é muito forte e presente nos territórios tradicionais, principalmente nos quilombos, apesar de não serem chamados movimentos feministas, tão pouco comunitário, como quer Paredes Carvajal (2022), pois são elas que atuam na linha de frente em defesa do território, estão presentes nas pastorais. São lideranças expressivas nas comunidades de pertença, além de muitas serem artesãs e proverem suas famílias com suas artes.

Na verdade, lideranças como Bella Pinheiro, vivendo em uma sociedade regida por um sistema patriarcal, colonialista e racista são invisibilizadas, apesar de diuturnamente lutarem por mudanças que rompam com a situação cotidiana em seus territórios. É fundamental, como ensina Paredes Carvajal (2022), que se reconheça as mulheres; imperiosa é a necessidade de construir um outro discurso que seja inclusivo e plural, refletindo a realidade.

É importante observar que as trajetórias nos quilombos são de caráter coletivo, embora não como em tempos pretéritos. Mas ainda se planeja dentro da possibilidade do ‘bem viver’. Segundo Alberto Acosta, o “‘bem viver’ é, essencialmente, um processo proveniente da matriz comunitária de povos que vivem em harmonia com a natureza” (2016, p. 23). A observação de Acosta (2016) nos leva a refletir como os povos e comunidades tradicionais conseguiram viver e reexistir por gerações em seus territórios e respeitando a natureza. O autor acima referido destaca que:

[o] Bem Viver revela os erros e as limitações das diversas teorias do chamado desenvolvimento. Critica a própria ideia de desenvolvimento, transformada em uma enteléquia que rege a vida de grande parte da Humanidade — que, perversamente, jamais conseguirá alcançá-lo (Acosta, 2016, p. 24).

Segundo Bella Pinheiro, seus pais sempre viveram na comunidade, assim como seus avós (ancestrais maternos). Ela relata que sua avó não era da comunidade, mas do Itamimbúca<sup>2</sup>, porém, seus antepassados, os avós (paternos), eram do Território Quilombola Alto Itacuruçá. Bella Pinheiro destaca que seus pais nasceram e sempre viveram na comunidade. Eram verdadeiros quilombolas. Bella relata:

[m]eu Pai foi um grande baluarte na construção da comunidade, principalmente da comunidade católica. Ele foi um dos fundadores da comunidade católica, muito trabalhou para a construção do prédio da comunidade católica, doou muito material e também foi uma pessoa que ajudou a construir a comunidade social, a comunidade como um todo possível. Uma das pessoas mais velhas aqui da comunidade, então tem uma história de vida mesmo voltada nesse trabalho mesmo da construção da comunidade.

Os avós e os pais de Bella ancestralizaram, mas continuam presentes na trajetória de vida e vivência sociocomunitária das pessoas que acompanharam suas jornadas e luta em defesa do ‘bem viver’ do Território Quilombola. Reproduzo as palavras de Davi Kopenawa sobre o assunto:

[o]s brancos se dizem inteligentes. Não o somos menos. Nossos pensamentos se expandem em todas as direções e nossas palavras são antigas e muitas. Elas vêm de nossos antepassados. Porém, não precisamos, como os brancos, de peles de imagens para impedir-las de fugir da nossa mente. Não temos de desenhá-las, como eles fazem com as suas. Nem por isso elas irão desaparecer, pois ficam gravadas dentro de nós. Por isso nossa memória é longa e forte (Kopenawa; Albert, 2015, p. 75).

---

<sup>2</sup> Comunidade Ribeirinha das Ilhas de Abaetetuba, próxima ao Rio Itacuruçá.

Reiteramos com isso a necessidade do compartilhamento dos saberes e conhecimentos tradicionais para as presentes e futuras gerações. A memória e história dos nossos antepassados são importantes para o viver no território e devem ser contadas e escritas a partir das nossas visões de mundo.

## MUDANÇAS NO ALTO ITACURUÇÁ

Segundo Bella Pinheiro, quando criança, prevaleciam as relações fraternas e as relações de troca entre os vizinhos. Tudo que as famílias tinham em suas casas, partilhavam uns com outros, além de emprestar os objetos e não vendê-los, como se faz atualmente. As festas eram frequentadas por famílias inteiras. Orientadas pelos mais velhos, tornavam os espaços de festa um ambiente saudável e fraterno, onde todos cuidavam de todos. Lembra, também, das ladinhas antigas, cantadas/rezadas em latim pelas pessoas mais velhas do território, que ainda integram as práticas culturais da comunidade, que resiste às mudanças. Nas festividades da comunidade católica, a fraternidade imperava e muitas eram as doações.

A fraternidade tornava-se mais forte, segundo Bella, quando aconteciam mortes. A comunidade se mudava para a casa da família enlutada para dar apoio, pois era necessário tomar as providências para o enterroamento e receber os parentes. Na época, era preciso velar o corpo do morto, alimentar as pessoas que chegavam para o velório e o cortejo até o cemitério e ainda fabricar o caixão.

Atualmente, a ação de solidariedade não é vista com muita frequência. Contudo, algumas famílias mantêm a tradição e colocam a família enlutada literalmente no colo, cuidando de cada detalhe. Bella diz que o ato é importante para a família que perdeu seu ente querido.

Outra memória significativa trazida por Belle Pinheiro são as formas de trabalho. No seu tempo de criança, quando prevaleciam as relações de troca de serviço, as famílias trocavam serviços. Um dia trabalhavam na roça de uma família, depois aquela família retribuía o trabalho. Era uma relação de troca muito bonita, que expressava a solidariedade com o outro. Ressalta nossa interlocutora que se trocava açaí por farinha, peixe

e camarão por farinha ou açaí e assim todos entravam na roda solidária. Contudo, a comunidade mudou. As festas não são mais ambientes saudáveis como antigamente, não é um espaço que toda família vai pode ir. Por outro lado, as casas que festejam os santos padroeiros ainda são espaços acolhedores e familiares. Mas a maioria dos espaços mudou a configuração e as relações sociais estabelecidas no local.

Bella ressalta que as formas de trabalho de antigamente era o trabalho familiar na lavoura e a retirada de madeira com o serrotão, pouco visto atualmente. Destaca que a motosserra tirou o lugar do serrotão. As fazendas e grandes empresas que estão chegando em torno do território têm mudado a configuração do mundo de trabalho quilombola. No presente, a maioria das pessoas do território, especialmente os jovens e os homens, trabalham para as empresas. Antigamente, cada um era dono do seu próprio negócio, junto com sua família. Hoje em dia, todos vendem sua força de trabalho e pouco se vê a relação de troca comunitária.

Nesse contexto, Bella Pinheiro destaca que muito dessa mudança deve-se ao urbano que entrou na comunidade, ressaltando que:

[n]ós somos um território do campo, um território rural, mas vivemos a cada dia mais de uma forma urbana. Mesmo não estando na cidade, mesmo não morando na cidade, mas a tecnologia, as mídias, tudo chegou aqui no território. E isso foi mudando a configuração do modo como nós vivíamos. Uma coisa que eu esqueci de citar no meu tempo, que era muito comum, à tarde irmos à casa dos nossos vizinhos, ou os vizinhos virem à nossa casa, passar a tarde toda depois que chegava do trabalho, tomar um banho, para cada vizinho conversar. Passava metade da noite conversando, e depois cada um ia para a sua casa.

Bella Pinheiro relata que aos domingos as pessoas iam para a casa dos jovens se divertir e conversar. Hoje, a fraternidade parece ter mudado. Ela ressalta que hoje em dia as pessoas vivem cada um na sua casa, tudo isso por conta da questão urbana que chegou à comunidade. Pontua que a comunidade é uma comunidade tradicional, uma comunidade quilombola dentro de um território, um quilombo dentro do espaço do campo,

mas que está virando urbano e isso fez com que as tradições, a cultura dos ancestrais, dos antepassados, esteja se perdendo aos poucos.

Nessa perspectiva, percebemos que as práticas colonialistas, de acumulação e individualismos têm invadido as comunidades quilombolas. Segundo Antônio Bispo dos Santos (2023, p. 21), “os povos da cidade precisam acumular. Acumular dinheiro, acumular coisas. Estão desconectados da natureza, não se sentem como natureza. As cidades são estruturas coloniais”. Contudo, o autor ressalta que nem todos os povos da cidade são colonialistas, mas a cidade é um território colonialista (Bispo Dos Santos, 2023).

Em relação à configuração do trabalho no território, Bella diz que antigamente todos trabalhavam, mas trabalhavam no seu próprio trabalho. Hoje em dia, principalmente a maioria dos homens do território, trabalham nas empresas, nas fazendas, nas fábricas de açaí, nesses espaços fora do território, mudando a forma de trabalho, pois essas relações são cansativas. As pessoas retornam do trabalho e não têm tempo de ir na casa do vizinho, no outro dia saem cedo. Às 5h tem que estar de pé para trabalhar novamente. Isso então faz com que haja toda essa mudança, tanto na cultura como na forma de trabalho, nas relações fraternas, nas relações sociais de antigamente que estão se perdendo e mudando com o tempo.

## **“ANTIGAMENTE, NO MEU TEMPO DE CRIANÇA, A GENTE TOMAVA ÁGUA DO RIO”**

Bella Pinheiro diz que em seu tempo de criança, o território tinha muito ar puro e fresco, muita sombra, muitas árvores, não tinha o ramal, e as pessoas andavam nos caminhos e os caminhos eram permeados por árvores, então dava essa sensação de que você estava conectado com a natureza. Hoje, com o ramal e a derrubada das árvores, ficou muito quente, as pessoas não conseguem andar em qualquer horário, como se fazia antes. Elas andavam de suas casas para o Procópio<sup>3</sup> a pé e não sentiam muita quentura, pois o

---

<sup>3</sup> Procópio era o Senhor mais antigo da Comunidade Quilombola do Alto Itacuruçá, com mais de 110 anos de idade. Ancestralizou no início de 2025. Sua família é uma das primeiras

sol não parecia tão quente. Bella relata que o que mudou foi a derrubada de muitas árvores e a coisa do ramal. A construção dos ramais e as casas que vieram, saíram da beira do rio, vieram para os ramais, o fato ajudou muito a derrubar a vegetação.

Bella relata que há problemas no território com a água e a pesca, porque a água hoje em dia é muito poluída. Antigamente, no tempo de criança, tomava água do rio. Lembra que todo mundo tomava água do rio e inclusive se banhava no rio, pois não existiam os problemas de saúde que temos agora.

A alimentação era diferente na época em que Bella era criança. O peixe e a caça eram fartos, mas com a derrubada da mata e das árvores, a caça e a pesca foram indo para dentro de outras florestas e aí acabou com a fartura de antes.

Outro ponto importante é que, desde 2017, o Território Quilombola do Alto Itacuruçá tem entrado em conflito com uma fazenda de gado que invadiu uma área no quilombo e desmatou mais de 130 hectares de terra. Além disso, tem se intensificados os crimes ambientais, como despejo de resíduos nos rios e igarapés, causando a morte de peixes e adoecimento nas crianças que têm usado esses locais. Com o período chuvoso, as comunidades ficam mais vulnerabilizadas, pois a Fazenda Pontilhão é próxima ao território e não existe uma área de proteção territorial entre a fazenda e a comunidade.

A terra também sofre muitos impactos. A terra foi mudando por conta das transformações que foram acontecendo no território. Bella acredita que ainda há espaço para plantar. Quase todas as famílias que vivem na comunidade têm terrenos amplos que dá para fazer plantações, mas não tanto como antigamente. Quem trabalha na comunidade são os lavradores (em suas roças) e aquelas pessoas que trabalham com a carpintaria, que são os carpinteiros. Bella relata que atualmente o território tem recebido grande número de pedreiros, porque hoje as casas, que antigamente eram todas de madeira, são de alvenaria. O grupo que trabalha na roça (os roceiros) são esses que trabalham na comunidade.

---

a chegarem no Território. A casa do senhor Procópio fica no início da comunidade. A casa da Bella fica no final da comunidade. São mais de 4 quilômetros de distância.

É valido destacar que esses mestres de obras, fazedores de cultura, são mestres e mestras orgânicos, pois não aprenderam a exercer o seu ofício na escola. Aprenderam com as tradições e os conhecimentos repassados oralmente, e na vivência cotidiana.

## **EDUCAÇÃO ESCOLAR NO QUILOMBO ALTO ITACURUÇÁ**

Bella Pinheiro informa que antigamente a escola funcionava nas casas dos professores, e afirma que as pessoas mais velhas conseguiram falar melhor sobre assunto. Apesar da observação, ela afirma que seu pai contava que seus irmãos mais velhos estudavam nas casas dos professores que eram pessoas que tinham, pelo menos, até a quarta série (que hoje corresponde à quinta série do Ensino fundamental menor). A pessoa era contratada e ensinava as crianças. Hoje em dia, temos o prédio escolar na comunidade. Os professores que trabalham na educação são formados em nível superior, alguns possuem especialização e pertencem à própria comunidade. As crianças estudam hoje em dia num prédio mais próximo da sua casa. Antigamente, as pessoas estudavam até a quarta série e depois paravam. Diante dessas dificuldades, para continuar os estudos, os jovens tinham que se deslocar da comunidade para a cidade mais próxima, morar na casa de parentes ou trabalhar na casa de pessoas para ganhar o estudo como recompensa, razão pela qual muitos dos mais velhos não puderam continuar os estudos, pois faltava condições materiais para arcar com as despesas. Hoje, há ônibus escolar que leva os estudantes da comunidade para as escolas na cidade, onde o ensino é considerado mais avançado.

## **SAÚDE NOS TEMPOS CONTEMPORÂNEOS NO QUILOMBO**

Sobre as mudanças na área da saúde quilombola, Bella Pinheiro relata que as doenças mais frequentes na comunidade são diabetes, problemas cardíacos e atingindo especialmente mulheres, problemas relativos a

miomas e pedras na vesícula. Doenças que no passado dificilmente acometiam os quilombolas. Anteriormente, as doenças frequentes eram gripe, febre e vômitos.

Bella ressalta que antigamente a alimentação quilombola consistia em caças obtidas na mata e peixe retirado do rio. Hoje, não temos mais essas possibilidades. A mudança dos hábitos alimentares resulta no aparecimento de novas doenças, dada a má alimentação.

No passado, segundo Bella, as pessoas se tratavam com os especialistas em saúde da própria comunidade, entre eles curandeiros, pajés, benzedeiras e demais pessoas que sabiam produzir e ensinar remédios caseiros. Na maioria das situações, as doenças eram tratadas com remédios caseiros. Algumas pessoas, como seu pai e seu irmão, continuam a utilizar remédios caseiros. As pessoas doentes, no passado, se tratavam em suas próprias casas, pelos especialistas que entendiam e detinham o conhecimento tradicional sobre as formas de cura. Os especialistas tradicionais não ensinavam apenas os remédios, também indicavam onde encontrar as plantas medicinais no território quilombola. A solidariedade entre os membros da comunidade era expressa pelas doações e trocas de matéria prima para fabricação de porções, xaropes, unguedtos e outros medicamentos entre parentes e vizinhos. Atualmente, todos os comunitários se tratam na cidade e utilizam dos medicamentos de farmácia. São poucas famílias que ainda utilizam o sistema de saúde quilombola.

## CAMINHOS QUE FORTALECEM NOSSAS TRAJETÓRIAS E ANCESTRALIDADE

Não podemos renunciar a nossa trajetória e ancestralidade, pois elas refletem o pensar, o agir e o falar de tantos outros quilombolas que vivem juntos nossas realidades e nosso modo de ser e de estar no território. Por outro lado, de acordo com Ailton Krenak (2020), estamos tão atribulados com os desarranjos regionais que parecem indicar a falta de perspectiva política, que isso nos tira do sério, pois mal temos tempo para nos

erguer e respirar. Entretanto, ver o que importa para as pessoas, para os coletivos e as comunidades é imperioso.

Os saberes e conhecimento tradicionais a nós repassados pela tradição e oralidade, são essenciais às experiências diárias, como indica Bella. Ou mesmo como ensina Bispo dos Santos (2023, p. 25): “as nossas mestras e os nossos mestres da oralidade foram considerados desnecessários pelo sistema [externo ao quilombo]”. As observações de Bella e Bispo provam o quanto temos que avançar em nossas narrativas e valorização dos diversos saberes que temos.

Para avançar na luta e seguir os exemplos de Bella. é necessário ouvir Ailton Krenak (2020, p. 30): “há centenas de povos que estão vivos, contam histórias, cantam, viajam, conversam e nos ensinam mais do que aprendemos nessa humanidade”. Observar o que disseram e ainda dizem nossos avós e pais é caminhar em busca do reconhecimento, do respeito e da valorização dos saberes e conhecimentos tradicionais ancestrais.

É urgente lutar pela garantia do direito a ter direitos. Não um direito baseado no pensamento ocidental colonizador, que nega a coletividade, o pluralismo e a diversidade. Precisamos fazer valer o direito fundamentado no saber local, no conhecimento tradicional passado pela oralidade, nos costumes, na cosmovisão, pensado pelos povos e para seus coletivos. O nó da mudança reside para nós, quilombolas, é o reconhecimento da existência de outras formas de ver o mundo, de pensar, de tomar decisões e que essas são coletivas, pois o coletivo é apartado da forma ocidental de estar no mundo.

Destaco que o empoderamento e protagonismo das mulheres quilombolas é vida ao longo do tempo, e que o movimento é importante para a valorização da natureza enquanto sujeito de direito, pois as práticas comunitárias que partem das mãos das mulheres negras são de respeito à natureza. As mulheres não destroem a natureza, elas são incentivadoras do ‘bem viver’ no território, fato que urge ser reconhecido e respeitado. As políticas públicas e projetos dos governos devem observar as realidades locais e têm a obrigação de garantir que elas sejam ouvidas e participem dos processos de tomada de decisão através do direito fundamental à consulta e consentimento livre e informado, como estabelecido na Convenção N<sup>º</sup> 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

## REFERÊNCIAS

- ACOSTA, Alberto. *O Bem Viver*: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Autonomia Literária. Elefante. 2016.
- BISPO DOS SANTOS, Antônio. *A terra dá, a terra quer*. São Paulo: Ubu Editora/PISEAGRAMA, 2023.
- KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. *A queda do céu*: Palavras de um xamã yanomami. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- KRENAK, Ailton. *Ideias Para Adiar o Fim do Mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.
- LONGHINI, Geni Daniela Núñez. *Da cor da terra*: etnocídio e resistência indígena. Rio de Janeiro: Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, 2021.
- ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. *Convenção 169 sobre Povos Indígenas e Tribais e Resolução referente a ação da OIT*. Brasil: OIT, 2011. Disponível em: <https://portal.antt.gov.br/conven%C3%A7ao-n-169-da-oit-povos-indigenas-e-tribais>. Acesso em: 02.03.2025.
- PAREDES CARVAJAL, Julieta. “Uma ruptura epistemológica com feminismo ocidental” In: HOLANDA, Heloisa Buarque de (Org.) *Pensamento Feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020, pp. 194-204.
- PROTÓCOLO ITACURUÇÁ ALTO. *Protocolo de Consulta Prévia, Livre, Informada e de Consentimento do Território Quilombola do Rio Itacuruçá Alto – Ilhas De Abaetetuba/PA*, 2022. Disponível em: <https://observatorio.direitosocioambiental.org/protocolo-do-territorio-quilombola-do-rio-itacuruca-alto-ilhas-de-abaeetetuba/>. Acesso em: 12.12.2024.



# MARIA AUXILIADORA MACIEL DOS SANTOS, MULHER DE CORAGEM

Klébson Salgado Glória



## CONHECENDO NOSSA HISTÓRIA

Caldeirão é um Quilombo que começa sua história no século XIX, com a chegada das famílias Glória, Gonçalves e Silva. Famílias de origem negra que vieram fugidas de lugares de grandes conflitos territoriais e de condições escravocratas (engenho de Santarém), em busca de melhores condições de vida. Tinham como meio de subsistência a pesca, caça e agricultura familiar. Quando essas famílias chegaram à área onde hoje é parte de seu território, não havia estrada, somente mata e um rio estreito e extenso. Dessa forma, o meio de acesso mais fácil era o rio Paracauary. Logo viram que naquele lugar, por ser de difícil acesso, talvez pudessem viver mais tranquilamente. Adentraram a região por terra, na tentativa de dificultar suas capturas e fizeram seu primeiro povoado num pequeno lugar, que anos depois foi denominado de ‘caçador’. Ali encontraram terra fértil e fartura de frutas nativas, como bacurí e açaí. Logo se apropriaram do lugar, fazendo dele seu território, mas por conta da Cabanagem<sup>1</sup>, que iniciou em 1831, com o maior conflito ocorrido entre os anos de 1835 e 1840, não demorou muito a serem encontrados e torturados por tropas portuguesas.

---

<sup>1</sup> “A cabanagem foi uma revolução social que dizimou a população amazônica e abarcou um território muito amplo. Constatando com este cenário amplo e internacionalmente, foi, e ainda é, analisada como mais um movimento regional, típico do período regencial do Império do Brasil” (Ricci, 2007).

No local onde foram encontrados, foi montado uma espécie de prisão e os negros que eram encontrados próximos àquela região eram caçados e torturados e levados para a prisão. Lá eram torturados e presos em correntes. Suas mãos eram perfuradas por pregos e pregadas nas árvores, enquanto os soldados abusavam sexualmente de suas companheiras. Em seguida, todos os capturados tinham seus pés perfurados por pregos e pregados ao assoalho de uma espécie de masmorra. A partir daí, o local ficou conhecido como ‘caçador’, pois era para onde as guarnições portuguesas levavam os prisioneiros que eram caçados como animais. Com o fim da cabanagem, alguns prisioneiros conseguiram fugir, mas muitos foram torturados até a morte. Os sobreviventes até a chegada da abolição continuaram naquele lugar pelo fato dele lhes proporcionar, apesar de seu passado de torturas, um ambiente rico em fauna e flora. Ali constituíram famílias.

Com a opressão (caça, tortura e morte) minimizada, os negros começaram a dar visibilidade à sua religiosidade, o candomblé, utilizando tambores, maracás, indumentárias e músicas de origem africana e pajelanças. Os rituais serviam para curar doenças e alimentar nossos orixás. Se reuniam para ensinar aos mais jovens as cantigas de rodas e as histórias de seus antepassados para que as crianças e jovens aprendessem sobre as vivências dos mais antigos e continuassem a tradição. Por sua vez também produziam instrumentos musicais, pois não puderam trazer seus instrumentos, em face da fuga. O fato provocou a utilização dos recursos naturais existentes em seu território, entretanto não houve maiores dificuldades, pois a relação de respeito e preocupação com a manutenção de seu território, regulavam a utilização cuidadosa dos recursos, de modo que a natureza não sofresse com a retirada de material para a produção de seus instrumentos (musicais e outros).

A religiosidade do povo permitiu a adoção dos santos como seus padroeiros e passaram a fazer comemorações em honra dos santos/padroeiros, fazendo doação de comidas e bebidas para a comemoração, que às vezes durava mais de um dia, com ladinhas rezadas em latim que aprenderam com os padres que passaram pela região, e novenas e adorações a esses santos que ocorriam em barracões de reverência a eles. Nos dias de festejo

aos santos, as doações eram constantes e prazerosas, para que os festejos fossem cada vez mais vigorantes, no sentido de fortalecer essa cultura e, assim, alimentá-la ao longo dos anos. Para que isso pudesse acontecer de fato, os jovens eram inseridos nas atividades para aprender a relação cultural e disseminá-las para as futuras gerações.

Com o passar dos anos, as famílias foram crescendo e o espaço ficou pequeno. Houve a necessidade de ampliação de seu território, uma vez que havia uma vasta área inabitada. As famílias foram mantendo suas relações com aquele espaço, construindo suas casas, fazendo plantações tanto de roças como de hortas de remédios, utilizando os espaços de caçar e pescar, fortalecendo os laços de relação e pertencimento com aquele lugar. Com o crescimento populacional e consequentemente com a expansão do território, o domínio sobre a área se consolidou.

Por ocasião da expansão, as músicas eram utilizadas não só em festas religiosas e rituais, mas sobretudo no momento de realizar as plantações, quando as famílias faziam suas roças, no preparo dos derivados da mandioca. Quando os homens iam pescar, cantavam para espantar a panema<sup>2</sup>. Quando plantavam as ervas medicinais em suas hortas, principalmente na hora de fazer as mudas, eram entoados cânticos para fortalecer uma boa relação das mudas com a terra. Enfim, nota-se que a música é algo que fortalece a relação cultural quilombola de Caldeirão com seu território, respeitando cada atividade e seus respectivos rituais, os quais geralmente são alimentados pela música afro-brasileira.

O aumento da população provocou a modificação dos espaços territoriais, construindo casas ao longo de uma extensa estrada que denominaram de primeira rua, localizada às margens do rio Paracauary, formando uma grande beirada. Logo os moradores resolveram denominar aquele lugar de beirada, chegando mais próximo da sede do município de Soure, ao qual o quilombo era geograficamente pertencente, assim como também

---

<sup>2</sup> Em geral, a panema está associada à violação de alguma regra ou preceito costumeiramente estabelecido pela comunidade. Nesse caso, o sujeito da ação encontra-se empanemado ou panema, como os quilombolas da comunidade referem-se ao sujeito que praticou a ação e confirmou a panema.

toda a área de Salvaterra, que hoje compreende o município onde nos encontramos. Com isso, o quilombo passou a ser reconhecido juridicamente como segundo distrito do município de Soure. Em 1899, Beirada troca de nome, passa a se chamar de Caldeirão por ter o rio Paracauaray como um dos principais meios de subsistência por conta de seu enorme rebojo, formado principalmente no período de águas vivas, ficando igual a um imenso caldeirão, daí a mudança de nome.

Em 1911, naufragou uma grande embarcação denominada Guarani no rio Paracauary, em frente ao porto de um senhor chamado Moares, por conta do imenso rebojo. Parte da embarcação, dias depois, foi encontrada no lago Guajará, na região do Ararí, nas proximidades de Cachoeira do Ararí e Santa Cruz do Ararí. Logo, as pessoas da comunidade se certificaram que havia uma passagem subterrânea naquele local que possibilitou com que parte da embarcação fosse encontrada no lago Guajará. Com o acontecido, o nome do quilombo Caldeirão ganhou força e foi cada vez mais reafirmado pela comunidade, mas ainda hoje existem pessoas que falam Beirada, por conta de ‘ouvir falar’ ou por conhecer a história da comunidade. Em 10 de março de 1962, Salvaterra foi emancipada e desmembrada do município de Soure, consolidando-se em uma nova perspectiva territorial. Dessa forma, Caldeirão deixou de ser o segundo distrito de Soure. Salvaterra começou a andar com as próprias pernas. Com o passar dos anos, e por Soure ter criado sua Comarca e o Caldeirão estar localizado muito próximo de Soure, fazendo fronteira com o rio Paracauary, o quilombo tem forte crescimento populacional com a chegada de famílias de outros lugares, até mesmo de outros municípios, para morar no quilombo. Foi no Caldeirão ou Beirada que Maria Auxiliadora nasceu.

## **CONVERSA COM MARIA**

Maria Auxiliadora Maciel dos Santos chegou ao mundo em 30 de março de 1958. Nascida e criada na comunidade quilombola de Caldeirão, filha de Maria Maciel da Conceição Santos e José de Deus dos Santos, foi uma das 12 crianças concebidas pelo casal (alguns irmãos de Maria são

falecidos). É mãe de mãe de Geyse Carla dos Santos e Gilson dos Santos da Silva. Hoje, é professora aposentada.

Sua luta pelo território foi intensificada em 2003 ao participar do Movimento Negro Quilombola, a partir da vinda da Maria do Socorro, do Centro de Estudos do Negro no Pará (CEDENPA), e com os estudos antropológicos, feitos pela professora doutora Rosa Acevedo-Marin, com apoio da liderança Luzia Betânia, conhecida como Bete Quilombola, que passou em várias casas fazendo escutas e rodas de conversas com moradores das comunidades quilombolas de Salvaterra. Dessa maneira, com o fortalecimento da luta do movimento negro quilombola de Salvaterra, por meio da colaboração do CEDENPA, o processo de lida e proteção do território de Maria Auxiliadora se fortaleceu ganhando ênfase na organização jurídica da Associação de Remanescentes de Quilombos de Caldeirão (ARQUIC), a qual participou por alguns anos como vice-presidente e hoje continua membro da associação.

Maria Auxiliadora relata que a partir da colaboração do CEDENPA, começou a dar mais atenção às questões quilombolas, como suas raízes e a forma como foi constituída a comunidade, trazendo à tona algumas questões de vivências da época de sua infância que alcançam inúmeras áreas de conhecimento tradicional.

O Caldeirão antigamente era acessado apenas por ‘estradinhas’, não possuía energia elétrica e utilizávamos lamparina para alumiar suas casas, que por sua vez, eram de barro e palha e em praticamente todos os quintais existiam ‘poços de boca aberta’ de onde tiravam água para o consumo e para os demais afazeres da casa. Na época, poucas eram as famílias existentes no território.

O rio Pauacaray ainda é utilizado pelos pescadores da comunidade para retirada de peixes que compõe a alimentação familiar. De alguma maneira, usam os antigos ritos de proteção e preservação, mas nem sempre é assim, pois na época da pratiqueira (peixe de temporada específica), adentram o rio vários pescadores desconhecidos da comunidade, os quais não são quilombolas vindos de outros lugares, e acabam prejudicando a prática de preservação, oriunda da relação homem/natureza praticada pelos pescadores do nosso quilombo.

Por outro lado, criamos uma relação do Quilombo do Caldeirão com os quilombos do entorno, fazendo com que os quilombolas do Caldeirão mantivessem uma relação de amizade e solidariedade com quilombolas das comunidades do entorno, como Bacabal, Bairro Alto, Pau-Furado e outras. Uma das formas de aproximação foram as festas de santo que proporcionava trocas frutíferas entre os membros das diversas comunidades.

A música foi o elo entre os quilombolas, ao som de atabaques, banjos, pandeiros, triângulos e o cheque-cheques que cantam em harmonia a partir das diferentes vozes das pessoas que participavam dos atos de fé. Entre as festas, destacamos: Santo Antônio, Nossa Senhora do Carmo, Nossa Senhora da Conceição entre outros santos.

“Quando houve a reunião do CEDENPA em minha comunidade, foi que me despertei para o processo histórico da comunidade, pois na roda de conversa percebi que meus parentes, pais, avós [...] tinham relação com a história de nosso lugar”, disse Maria Auxiliadora. Ela afirma que sua inspiração para buscar conhecimento e intervir na defesa de seu território tem influência direta do trabalho do CEDENPA realizado no Quilombo. Inclusive, após o trabalho do CEDENPA, a comunidade se organizou juridicamente, criando a associação, e a partir de então, foram organizadas formações políticas na tentativa de fortalecer o processo de luta do movimento negro quilombola dentro e fora da comunidade. Diz Maria Auxiliadora:

nossa comunidade mudou bastante do que era antigamente. Antigamente, conhecíamos todo mundo. Hoje, com as ‘invasões’ em nosso território, não conhecemos muitas pessoas. Ficamos vulneráveis às mazelas trazidas por pessoas estranhas.

Nossa interlocutora prossegue:

muitas casas foram construídas em lugares impróprios, sem o consentimento da comunidade. ‘Invasões’ ocorreram no território de forma exacerbada, fazendo com que nós, quilombolas, ficássemos quase sem espaço para plantar, caçar e outras atividades culturalmente praticadas por nós.

Cuidar do território não é uma tarefa fácil, pois requer conhecimento e dedicação. Principalmente no contexto atual, no qual quase ninguém conhece ou faz por onde conhecer a história e a contribuição do negro na sociedade brasileira. Maria Auxiliadora alerta:

só teremos um pouco de sossego quando nossa titulação sair de uma vez e pudermos ter autonomia no bem mais precioso, que é nosso território. Muitas pessoas cuidam do território, principalmente os mais velhos, detentores dos conhecimentos empíricos, e os que dependem diretamente dele para sobreviver. Nossa lida é diária para defender o bem-estar comum de nosso quilombo.

A mata, o rio, os espaços de uso comum, todos esses espaços fazem parte da nossa reminiscência histórica e devemos defendê-los para que a nossa história não seja suprimida e nossos espaços sejam protegidos. Dessa forma é fundamental que o estado possibilite as garantias de direitos constitucionalmente conquistadas e implemente políticas públicas e de ações afirmativas que contribuam para o bem comum de nosso quilombo, como refere a nossa combativa interlocutora.

Maria Auxiliadora aprendeu a lidar e proteger o território a partir do conhecimento que obteve com a valiosa contribuição do CEDENPA em nosso quilombo. Ela informa: “foi um momento de partilha que me possibilitou conhecimento e me despertou para conhecer, reconhecer e lutar pelos nossos direitos”.

Maria Auxiliadora diz que a educação é fundamental na contribuição para um mundo melhor, de equidade e de respeito às adversidades existentes na sociedade. A escola do Caldeirão trabalha um pouco dentro do que a Lei 10.639/2003 prevê, mas muito falta ser feito. Na conversa com Maria Auxiliadora, ela nos relata que hoje existe escola no quilombo, que leciona da educação infantil ao 9º ano, mas antigamente, no seu tempo de criança, a escola era apenas uma sala e só se lecionava até a 3ª série. Era um tempo em que não se falava em educação escolar quilombola, tampouco sobre a contribuição do negro na construção da sociedade brasileira. A 4ª e 5ª série, que antigamente não existia no quilombo, obrigava os estudantes a deslocar-se para um lugar chamado Paraíso, nas proximidades do Caçador,

para cursar as demais etapas de ensino, e tinham que acessar em outro município, enfrentando diversas dificuldades em busca de conhecimento.

Sobre a saúde, nossa líder diz: “quando me entendi, aqui em nossa comunidade, existia apenas um postinho, onde o atendimento era muito precário”. Maria Auxiliadora chama de precariedade a ausência de medicamentos adequados e/ou eficazes para doenças frequentes daquela época, como sarampo, catapora, coqueluche e outros problemas. “As vacinas chegaram para melhorar nossa saúde, pois a doenças deram uma freada. Hoje recebemos mais assistência”. Maria entende que a saúde no quilombo ainda passa por muitas dificuldades, mas melhorou bastante, tanto na infraestrutura, quanto no atendimento, pois hoje existe o atendimento básico, que de certo contribui para melhoria de vida das pessoas. É fato que precisamos constantemente lutar para conquistar cada vez mais melhorias para o nosso quilombo, provocando o Estado para o implemento de políticas públicas que acolham as necessidades de nosso povo quilombola e garantam cada vez mais melhoria em prol do bem estar, afirma Maria Auxiliadora.

## O TERRITÓRIO É A ESSÊNCIA DA LUTA

Importa ressaltar que o território é o fator primordial pelo qual nós quilombolas lutamos. Sem o território, nossa existência seria suprimida de forma cruel e avassaladora, contribuindo para o aumento das discriminações, do racismo e desigualdades existentes. A relação entre o homem e o meio natural depende dos valores sociais, religiosos, culturais e econômicos incrustados em cada sociedade e em cada momento histórico, como asseverou Maria Auxiliadora. Dessa forma, é importante que o Estado, por sua vez, cumpra e faça valer os direitos constitucionalmente conquistados, sobretudo no tocante ao reconhecimento da propriedade coletiva definitiva do território, devendo emitir os títulos respectivos, e assim contribuir na mitigação das desigualdades por conta da negação do direito a ter direitos reconhecidos. A titulação do território trará não somente a

garantia de tal direito, mas a liberdade ao nosso povo, que verá fortalecido o processo de luta em busca de políticas reparadoras, do tipo conquista das políticas públicas de ações afirmativas para o Quilombo Caldeirão e demais territórios quilombolas. Maria Auxiliadora, como tantos outros líderes, continuarão na lutando pelo bem comum de seus territórios e pela tão sonhada titulação prevista em Lei.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. *Diário Oficial da União*, Assembleia Nacional Constituinte, Brasília, DF, 05. out. 1988.
- GLÓRIA, Klébson Salgado. *Música e Identidade no Quilombo Caldeirão, Ilha do Marajó*. Trabalho de Conclusão de Curso, na modalidade projeto de intervenção, apresentado ao Curso de Licenciatura e Bacharelado em Etnodesenvolvimento da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado e Bacharel em Etnodesenvolvimento. Altamira/PA, 2014.
- RICCI, Magda. “Cabanagem, cidadania e identidade revolucionária: o problema do patriotismo na Amazônia entre 1835 e 1840”. In: *Dossiê: Cidadania e Pobreza em Tempo*, vol. 11, n.22), 2007.
- SILVÉRIO, Valter Roberto; MOEHLECKE, Sabrina. *Ações Afirmativas nas políticas educacionais: o contexto PÓS-DURBAN*. São Carlos: EdUFSCar, 2009.

## **SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES**

### **ALEX DE SOUZA MACIEL**

Jovem, Negro, Liderança Quilombola do Território do Rio Alto Itacuruçá, formado em Serviço Social pela Faculdade de Serviço Social (FASS) do Instituto Socioeconômico (ICSA) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Atualmente, é mestrando em Direito junto ao Programa de Pós-graduação em Direito (PPGD) do Instituto de Ciências Jurídicas (ICJ) da UFPA.

E-MAIL: [souzaallex39@gmail.com](mailto:souzaallex39@gmail.com)

### **ALMIRES MARTINS MACHADO**

Graduado em Direito pela UNIGRAN em 2004, Mestre em Direito em 2009 e Doutor em Antropologia Social, em 2015, ambos pela UFPA. Professor visitante de 2021 a 2023 junto à Pós-Graduação em Direito (PPGD) no Instituto de Ciências Jurídicas (ICJ) na UFPA. Atualmente, é pós-doutorando em Direito. Atua em Direitos dos Povos Indígenas, conhecimentos tradicionais, biodiversidade, licenciaturas e pós-graduação para povos indígenas. Autor do livro *Direito Guarani*.

E-MAIL: [ateguara@gmail.com](mailto:ateguara@gmail.com)

### **AMIRELE PORTO MACHADO**

Jovem indígena do povo Guarani/Kaiowá/Terena, residente na Reserva indígena de Dourados (RID), na aldeia Jaguapiru, localizada no hoje município de Dourados, em Mato Grosso do Sul (MS). Atualmente, é mestranda em Direito pelo Programa de Pós-Graduação em Direito (PPGD) da Universidade Federal do Pará (UFPA) Campus Belém (PA).

E-MAIL: [amirele.machado98@gmail.com](mailto:amirele.machado98@gmail.com)

## **ANTONIO GOMES MOREIRA MAUÉS**

Professor Titular do Instituto de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Pará. Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Pará. Mestre em Ciências Jurídicas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Doutor em Direito pela Universidade de São Paulo com estágio na Universidade de Barcelona. Pesquisador Visitante na Universidad Carlos III de Madrid, University of Essex, Brown University e University of Oxford. Membro do Comitê Assessor da Área de Direito do CNPq (2012-2015). Coordenador Adjunto da Área de Direito da CAPES (2014-2018).

E-MAIL: [ammaues@uol.com.br](mailto:ammaues@uol.com.br)

## **BRENO BAÍA MAGALHÃES**

Possui graduação (2008), mestrado (2011) e doutorado (2015) em Direito pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Foi Visiting Scholar na Washington College of Law, American University (2015). Pesquisador Visitante na Universidade Nacional de Lanús (2018). Professor da Universidade Federal do Pará (UFPA). Menção Honrosa no Prêmio CAPES de Tese 2016. Suas principais áreas de atuação são: Direito Constitucional, Direito Internacional, Direitos Humanos e Teoria do Direito. Coordenador do PPGD/UFPA.

E-MAIL: [brenobaiamag@gmail.com](mailto:brenobaiamag@gmail.com)

## **FLÁVIA SILVA DOS SANTOS**

Quilombola do Território Rio Genipaúba. Bacharela em Direito pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Advogada Popular inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/PA). Mestra e Doutoranda em Direito no Programa de Pós-Graduação em Direito (PPGD) da Universidade Federal do Pará (UFPA).

E-MAIL: [advocacia.flaviasantos@gmail.com](mailto:advocacia.flaviasantos@gmail.com)

## **GILMAR PEREIRA DA SILVA**

Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2005). Mestre em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2002). Graduado em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará

(1992). É Professor Titular da Universidade Federal do Pará e atualmente exerce o cargo de Reitor (2024-2028) desta Universidade.

E-MAIL: [gpsilva@ufpa.br](mailto:gpsilva@ufpa.br)

### **JANE FELIPE BELTRÃO**

Antropóloga e historiadora, docente titular e emérita da Universidade Federal do Pará (UFPA). Bolsista de produtividade em Antropologia, atuando como docente permanente junto ao Programa de Pós-Graduação em Direito (PPGD).

E-MAIL: [janebeltrao@gmail.com](mailto:janebeltrao@gmail.com)

### **JOSÉ HEDER BENATTI**

Professor titular da UFPA, bolsista produtividade em Direito. Membro da Clínica de Direitos Humanos da Amazônia (CIDHA/UFPA) e do Science Panel for the Amazon (SPA — Painel Científico para Amazônia, sigla em inglês), ligado à Rede de Soluções para o Desenvolvimento Sustentável (SDSN, sigla em inglês), da ONU.

E-MAIL: [jbenatti@ufpa.br](mailto:jbenatti@ufpa.br)

### **JOSÉ UBIRATAN SOMPRÉ**

Xerente, advogado (OAB/RS) e mestrando em Direito junto ao Programa de Pós-Graduação em Direito (PPGD) da Universidade Federal do Pará (UFPA) no Campus Belém (PA).

E-MAIL: [birasompre@gmail.com](mailto:birasompre@gmail.com)

### **KLÉBSON SALGADO GLÓRIA**

Negro, quilombola do território Caldeirão, Salvaterra/Pará. Bacharel e Licenciado em Etnodesenvolvimento (UFPA). Especialista em Psicopedagogia Institucional (CESV). Especialista em Gestão Escolar e Coordenação Pedagógica (CESDA). Mestrando em Direito, pelo programa de Pós-Graduação em Direito (PPGD) da UFPA, no Campus Belém.

E-MAIL: [klebsongloria@gmail.com](mailto:klebsongloria@gmail.com)

## **PRICILA AROUCHA PINHEIRO**

Quilombola pertencente ao Quilombo Os Paulos, localizado no município de Matinha/MA, Baixada Maranhense. Bacharela em Direito pela UNICEUMA, advogada popular inscrita na OAB/MA, especialista em Direitos Humanos (CIDHA/ICJ/UFPA) e mestra em Direito (PPGD/UFPA). Integra a Rede Nacional de Advogadas e Advogados Quilombolas (RENAAQ) e o Coletivo Jurídico Joãozinho do Mangal da CONAQ.

E-MAIL: [pricilaprinheiro@gmail.com](mailto:pricilaprinheiro@gmail.com)

## **SÂMELA ATRYLLY LISBOA RAMOS**

Quilombola e Ribeirinha da comunidade Araquembaua, localizada no município de Baião/Pará. Bacharela em Direito pela Universidade federal do Pará (UFPA). Advogada pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/PA). Mestranda em Direito junto ao Programa de Pós-Graduação em Direito (PPGD) da UFPA.

E-MAIL: [samela.ramos8@gmail.com](mailto:samela.ramos8@gmail.com)





1<sup>a</sup> EDIÇÃO dezembro 2025

IMPRESSÃO meta

PAPEL MIOLO pôlen bold 90g/m<sup>2</sup>

PAPEL CAPA cartão supremo 300g/m<sup>2</sup>

TIPOGRAFIA bernier, cervo neue e epica

Além de ter concebido o Processo Seletivo Especial da UFPA para estudantes indígenas e quilombolas, Jane foi a principal responsável pela implementação de ações afirmativas no PPGD e coordenou o Programa de Residência Jurídica Clínica para Indígenas e Quilombolas, o primeiro do país. Tendo recebido o título de professora emérita da UFPA em 2024, ela continua sendo uma pessoa indispensável para a produção e transmissão de conhecimentos sobre os direitos humanos na Amazônia.

Temos muito a aprender com as histórias das mulheres corajosas, engajadas e solidárias deste livro. Seus nomes são nosso presente e nosso futuro.

**ANTONIO MOREIRA MAUÉS**

PROFESSOR TITULAR DO INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS (ICJ/UFPA)

**P**oderosa narrativa que traz as vozes de mulheres fortes. Narrativa construída pela geração que, via políticas afirmativas, chega à Universidade Federal do Pará. Geração que reconhece os ensinamentos de luta pelos direitos étnicos e racialmente diferenciados de suas lideranças que durante séculos foram invisibilizados. Os autores informam quem são as mulheres importantes para seus coletivos e criam histórias de ‘encantes’ que auxiliam a construir sociedades plurais.

**GILMAR PEREIRA DA SILVA**

REITOR DA UFPA

APOIO:



REALIZAÇÃO:



ISBN 978-65-6128-154-6

